



Governo do Distrito Federal
Departamento de Trânsito do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026

Regido pelas Leis nºs 14.133/2021 e 13.709/18, pela Lei Distrital nº 4.770/2012, pelos Decretos Distritais nºs 44.330/2023 e 39.860/19, pelo Parecer Referencial nº 44/2023 - PGDF-PGCONS, bem como pela Instrução Normativa SGD/ME nº 73/2022, e, no que couber, pelas demais normas legais aplicáveis, assim como pelas disposições elencadas neste Edital e nos seus anexos.

OBJETO

Contratação de empresa especializada em manutenção de aeronaves, certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para executar serviços de manutenção incluindo: Serviço de Apoio Técnico Operacional, serviços de manutenção preventiva, corretiva, correção de discrepâncias, inspeções programadas e não programadas, com aplicação de peças, componentes, acessórios, fluídos, equipamentos, ferramental, o controle técnico, e também o suporte aeronáutico e administrativo para outros serviços especializados necessários ao cumprimento do objeto contratual (que não são cobertos pelo Apoio Técnico Operacional), tais como: Subcontratações de Serviços de Terceiros, que englobam os serviços de revisão e reparos especializados de componentes, não realizados diretamente pela contratada; Serviços de Locação, que abrangem a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas que realizem a locação de componentes; Serviço de Aquisição e Fornecimento de Insumos: peças, componentes, acessórios, fluídos, equipamentos, ferramental e demais consumíveis essenciais para a presente contratação (insumos esses que não são fornecidos dentro do item Apoio Técnico Operacional e que também não sejam fornecidos nos contratos nºs 07/2024 e 10/2024); Custos Logísticos, Operacionais e Administrativos, que visam remunerar a contratada nas subcontratações, locações, treinamentos ou nas aquisições e fornecimentos de insumos, para o helicóptero da fabricante Eurocopter, modelo AS 350 B2, prefixo PR-EBQ, S/N 3973 de propriedade do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF, com o objetivo de mantê-lo em plenas condições de aeronavegabilidade.

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME

**INÍCIO DA SESSÃO DE
DISPUTA DE PREÇOS:**

Às 09 horas do dia 02/06/2026 (horário de Brasília/DF).

**ENDEREÇO
ELETRÔNICO:**

www.gov.br/compras

PROCESSO:

00055-00009092/2025-32

ESTIMATIVA:

R\$ 1.807.092,74 (um milhão, oitocentos e sete mil noventa e dois reais e setenta e quatro centavos)

TIPO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

**CRITÉRIO DE
JULGAMENTO:**

VALOR GLOBAL

SUBCONTRATAÇÃO:

Poderá subcontratar parte dos serviços propostos até o limite admitido no Item 2 do Grupo Único do Termo de Referência.

UASG:

926142

**PREFERÊNCIA
ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	- Lei nº 14.133/2021; - Lei nº 5.061/2013 - proibição de mão de obra infantil; - Lei nº 5.448/2015 - proibição de conteúdo discriminatório contra a mulher; - Lei nº 6.128/2018 - reserva de vagas para pessoas em situação de rua; - Lei Distrital nº 4.770/2012 - Sustentabilidade nas licitações do DF; - Decreto nº 44.330/2023 - Recepciona a Lei nº 14.133/2021; e - Decreto nº 11.462/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.
	ENDEREÇO: SEPS 713/913 , Asa Sul, Bloco D, CEP 70.390-135. EMAIL: licitacao@detran.df.gov.br
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS/ IMPUGNAÇÕES	Até às 23h59m do dia 28/05/2026.
OBSERVAÇÃO: O Edital estará disponível gratuitamente no site www.detran.df.gov.br (clicar em “ <i>Transparência Pública/Licitações/Pregão Eletrônico</i> ”) e no endereço eletrônico www.gov.br/compras . Respostas a pedidos de esclarecimentos ou de impugnações, bem como avisos de ordem geral, deverão ser consultadas no site www.gov.br/compras , não ensejando, portanto, qualquer responsabilização ao Detran-DF por fatos oriundos da não realização de consultas por parte dos licitantes ao referido site. <u>Todas as referências de horários neste Edital correspondem ao horário oficial de Brasília/DF.</u>	

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do DETRAN pelo endereço www.gov.br/compras, selecionando no menu: **Acesso à informação > Consulta Detalhada > (Pregões) Em Andamento > Cód. UASG (926142).**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – Detran/DF, entidade autárquica de administração superior integrante do Sistema Nacional de Trânsito, excluída da obrigatoriedade de adoção do regime de centralização das licitações de compras, obras e serviços de que trata a Lei nº 2.340/99, pelo Decreto nº 32.227/2010, por meio de seu Pregoeiro, servidor designado pela Portaria nº 273, publicada na p. 41 do DODF nº 198, de 16/10/2025, **torna público**, para conhecimento dos interessados, que, às **09h00 do dia 02/06/2026 (horário de Brasília)**, realizará sessão pública de abertura de licitação, modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#) e do [Decreto nº 44.330/2023](#), bem como das demais legislações aplicáveis, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de referência.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em manutenção de aeronaves, certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para executar serviços de manutenção incluindo: Serviço de Apoio Técnico Operacional, serviços de manutenção preventiva, corretiva, correção de discrepâncias, inspeções programadas e não programadas, com aplicação de peças, componentes, acessórios, fluídos, equipamentos, ferramental, o controle técnico, e também o suporte aeronáutico e administrativo para outros serviços especializados necessários ao cumprimento do objeto contratual (que não são cobertos pelo Apoio Técnico Operacional), tais como: Subcontratações de Serviços de Terceiros, que englobam os serviços de revisão e reparos especializados de componentes, não realizados diretamente pela contratada; Serviços de Locação, que abrangem a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas que realizem a locação de componentes; Serviço de Aquisição e Fornecimento de Insumos: peças, componentes, acessórios, fluídos, equipamentos, ferramental e demais consumíveis essenciais para a presente contratação (insumos esses que não são fornecidos dentro do item Apoio Técnico Operacional e que também não sejam fornecidos nos contratos nºs 07/2024 e 10/2024); Custos Logísticos, Operacionais e Administrativos, que visam remunerar a contratada nas subcontratações, locações, treinamentos ou nas aquisições e fornecimentos de insumos, para o helicóptero da fabricante Eurocopter, modelo AS 350 B2, prefixo PR-EBQ, S/N 3973 de propriedade do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF, com o objetivo de mantê-lo em plenas condições de aeronavegabilidade, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste Edital e nos seus anexos.

1.2. A licitação será composta por grupo único, de acordo o tópico 1.1.2. do Termo de Referência (Anexo A do Edital).

1.3. Havendo divergências entre as especificações do objeto descritas no sistema *ComprasGov* e as constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

GRUPO ÚNICO						
ITEM	CATSER	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO

1		12	Mensal	Serviço de Apoio Técnico Operacional, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, correção de discrepâncias, inspeções programadas e não programadas, com aplicação de peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, o controle técnico, e o suporte aeronáutico para o helicóptero operado pelo DETRAN-DF.	R\$ 75.053,33	R\$ 900.639,96
2	16098	1	Serviço	<p>Serviços Especializados necessários ao cumprimento do objeto contratual (que não são cobertos pelo Apoio Técnico Operacional):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Subcontratações de Serviços de Terceiros: englobam os serviços de revisão e reparos especializados de componentes, não realizados diretamente pela contratada. • Serviços de Locação: abrange a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas, que realizem a locação de componentes. • Serviço de Aquisição e Fornecimento de Insumos: peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, e demais consumíveis essenciais para a presente contratação. (insumos esses que não são fornecidos dentro do item Apoio Técnico Operacional e que também não sejam fornecidos nos contratos 07/2024 e 10/2024). • Custos Logísticos, Operacionais e Administrativos visam remunerar a contratada nas subcontratações, locações, treinamentos ou nas aquisições e fornecimentos de insumos. <p>A estimativa aqui lançada será apenas para fins de previsão orçamentária, não devendo haver lance nesse item.</p>	R\$ 906.452,78 Por demanda (valor fixo)	R\$ 906.452,78 Por demanda (valor fixo)
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE						R\$1.807.092,74

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. Não se aplica o benefício elencado nas Leis Complementares nº 123/2006 e nº 147/2014, que versam sobre a cota reservada às microempresas e empresas de pequeno porte, em razão da complexidade do objeto, uma vez que, por se tratar de um mercado especializado e restrito, a eventual exclusividade poderá inviabilizar a execução do contrato.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

- 2.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 2.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo, para isso, fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO, assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.
- 2.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 2.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 22, § 1º, da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).
- 2.6.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 2.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 2.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 2.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.
- 2.8. Para efeito do disposto no item 2.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 2.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;
- 2.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 2.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 2.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens 2.8.1 e 2.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 2.9. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 2.7, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 2.9.1. O disposto no item 2.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 2.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 2.10. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei Distrital 4.611/2011, observar o item 8.8 do Termo de Referência (Anexo A deste Edital).
- 2.11. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.11.2. autor do anteprojeto, do termo de referência, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de licitar e contratar com o Distrito Federal, em decorrência de sanção que lhe foi imposta (Parecer 160/2019 - PGDF);
- 2.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou

por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.11.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.11.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.11.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11.11. Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

2.11.12. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);

2.11.13. Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);

2.11.14. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;

2.11.14.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

2.11.15. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

2.11.16. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);

2.11.17. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):

2.11.17.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016);

2.11.17.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).

2.11.18. A vedação de que trata o item 2.11.17. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres

2.11.19. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º, do Decreto nº 32.751/2011).

2.11.20. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

2.11.21. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

2.11.22. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

2.12. O impedimento de que trata o item 2.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.11.2 e 2.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.15. O disposto no item 2.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.17. A vedação de que trata o item 2.11.2 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. A empresa para habilitar-se no certame deverá apresentar o Certificado de Organização de Manutenção – COM, emitido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), nos termos do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC 145, constando, como mínimo necessário, as categorias e classes especificadas no TR, item 13.8.1.4.
- 3.2. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, **em campo próprio do sistema**, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os subitens 3.4 e 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#), e neste Edital.
- 3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público, os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 3.12.2. O valor final mínimo na forma do subitem 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 4.1. O prazo de vigência é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do termo contratual, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até **05 (cinco) anos**, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.2. Os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano contado da data do orçamento estimado, aplicando-se a variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos termos do Decreto nº 37.121/2016, ou outro índice que vier a substituí-lo, observado o disposto no art. 135 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.3. O fornecimento dos serviços em comento se enquadra como continuado, tendo em vista que a ocorrência de eventos de descontinuidade que paralise ou retardem as atividades aéreas da UOPA comprometerá a correspondente função do Departamento de Trânsito do Distrito Federal no que compete às atribuições atinentes à segurança do trânsito. Assim, a manutenção e a conservação do

bem são condições precípua para a operação do helicóptero Sentinela 01, cuja necessidade mostra-se permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar 180500464.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O Licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, nos moldes do modelo de proposta Anexo B do Termo de Referência:

5.1.1. **Valor unitário e total** para cada item ou grupo de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

5.1.2. **Marca, modelo e fabricante** de cada item ofertado (quando for o caso);

5.1.3. **Descrição detalhada do objeto** indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. ***O lance deverá ser ofertado considerando-se o valor global.***

6.6. O valor correspondente ao Item 2, do Grupo Único, permanecerá fixo para composição da planilha de preços do grupo, ou seja, não sofrerá lance no momento da licitação.

6.7. A proposta vencedora será a de menor preço global do grupo único, vedada a oferta por item isolado.

6.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.10. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**

6.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa "aberto e fechado".

6.13. Será adotado para o envio de lances do pregão o **modo de disputa "aberto e fechado"**, para o envio de lances no pregão eletrônico, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.13.1. A etapa de lances da sessão pública **terá duração inicial de quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de **até dez minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

- 6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços **até 10% (dez por cento)** superiores àquela possam **ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em **até cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico uti lizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa, ora adotado, aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#), nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.21.2.2. empresas brasileiras;
- 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.21.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.21.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço

máximo definido pela Administração.

6.21.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.21.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação, acompanhada da documentação de habilitação que não constar no SICAF e, se for o caso, de planilhas de custos detalhadas.

6.21.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.23. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado por igual período.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante, pessoa jurídica provisoriamente classificado em primeiro lugar, atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) **SICAF;**

b) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis);**

c) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);**

d) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP); e**

e) **Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).**

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e **também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429/1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço ou compensação de valores entre os itens que resulte em aumento dos valores dos itens que estão dentro do melhor valor.

- 7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021](#).

- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.
- 8.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencido.
- 8.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

8.2. **Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:**

8.3. Qualificação Técnica

- 8.4. A qualificação técnica será exigida de acordo com o item 13.8.1.4 do Termo de Referência, Anexo A do Edital.
- 8.5. O pregoeiro suspenderá a sessão e solicitará manifestação da área demandante referente à documentação técnica.
- 8.6. Serão informados no *chat* data e horário de retorno para continuidade do certame.

8.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- 8.7.1. Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;
- 8.7.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011;
- 8.7.3. a Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.7.4. a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.7.5. a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.7.5.1. **Todas as empresas licitantes (ainda que não sejam cadastradas no Distrito Federal)** deverão apresentar a certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br.
- 8.7.6. a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 8.7.7. a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 8.7.8. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.8. Qualificação Econômico-Financeira

- 8.8.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425));
- 8.8.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**;
- c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
LG =	

	Passivo Circulante + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

d) As licitantes que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

e) Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil conforme Termo de referência (Anexo A do Edital)

8.9. **Habilitação Jurídica**

- 8.9.1. Cédula de identidade;
- 8.9.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.9.3. Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- 8.9.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 8.9.5. Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- 8.9.6. Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- 8.9.7. Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133/21, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

8.10. **Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:**

- 8.10.1. Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.
- 8.10.2. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.10.3. Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.
- 8.10.4. Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.
- 8.10.5. Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

8.11. **Declarações enviadas juntamente com a documentação de habilitação:**

- 8.11.1. **Declaração para os fins de atender o Decreto nº 39.860/2019 (Modelo 1 do Anexo III do Edital);**
- 8.11.2. **Declaração para os fins de atender o Decreto nº 13.709/2018 (Modelo 2 do Anexo III do Edital);**
- 8.11.3. **Declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012 (Modelo 3 do Anexo III do Edital);**
- 8.11.4. **Declaração para atendimento à Lei Distrital nº 4.799/2012 (Modelo 4 do Anexo III do Edital).**
- 8.11.5. **Declarações conforme Anexos C e D do Termo de Referência.**
- 8.11.6. Será verificado se o licitante assinalou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.12. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

8.12.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

8.13. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

8.14. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

8.15. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro

examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.16. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço informado no chat do comprasgov.

8.17. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.17.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.18. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.19. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 14133/2021.

8.19.1. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.19.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º).

8.20. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.21. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.22. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.23. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.24. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.24.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.25. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.26. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.26.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.26.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.27. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.27.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.27.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.28. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.29. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.30. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, o que ocorrer primeiro.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: licitacao@detran.df.gov.br

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra.
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5. fraudar a licitação
- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846/2013](#).
- 10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo do termo de referência, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos subitens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 e 10.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e aplicação das sanções, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica no e-mail licitacao@detran.df.gov.br, em arquivo editável ou em texto no corpo do e-mail, a fim de possibilitar a disponibilização do conteúdo no sistema Comprasnet.

11.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.5.1. Na hipótese da impugnação ser rejeitada, ficarão mantidas as condições originalmente previstas neste edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação e a homologação da licitação é de responsabilidade exclusiva da autoridade competente, quando não houver recurso ou, havendo, após sua decisão final.

12.2. A(s) licitante(s) declarada(s) vencedora(s) do certame deverá(ão) promover, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da homologação, o cadastro no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, junto à Gerência de Documentação - GERDOC/DETRAN-DF (gerdoc@detran.df.gov.br), que será a responsável pelo recebimento da documentação necessária e a posterior habilitação junto àquele sistema.

13. DA PROIBIÇÃO DE CONTEÚDO DISCRIMINATÓRIO CONTRA A MULHER E DE USO DE MÃO DE OBRA INFANTIL

- 13.1. Fica proibida a utilização qualquer conteúdo discriminatório contra a mulher, nos termos da Lei nº 5.448/2015, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 38.365/2017.
- 13.2. É proibido o uso de mão de obra infantil, sob qualquer pretexto, nos termos da Lei Distrital nº 5.061/2013, sob pena de rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 13.3. A empresa contratada deverá observar as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual de que trata o Decreto Distrital nº 46.174/2024.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. O Detran - DF poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 14.10. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 14.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 14.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013
- 14.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 14.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 14.15. As empresas vencedoras de processos licitatórios, como condição para assinatura de contrato, deverão comprovar ou assumir o compromisso de adotar mecanismos para garantir a equidade salarial entre homens e mulheres com o mesmo cargo, atribuições e tempo de serviço, e com grau de instrução igual ou equivalente, de acordo com a Lei nº 6.679, de 24 de Setembro de 2020.
- 14.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 14.17. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 14.18. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- 14.19. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.
- 14.20. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.compras.gov.br/compras, bem como no site oficial do Detran/DF (www.detran.df.gov.br/licitações).
- 14.21. **Havendo divergência entre a especificação constante no sistema ComprasGov e neste Edital, prevalecerá este último.**
- 14.22. Sempre que necessário, com fins de auxiliar a compreensão do Edital, o pregoeiro publicará avisos no sítio www.compras.gov.br/compras.
- 14.23. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente no ato da sessão pública.
- 14.24. Para os documentos de habilitação que não apresentarem expressamente o prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos da data de sua emissão, exceto se houver legislação em contrário.
- 14.25. Caso considere necessário, o pregoeiro suspenderá a sessão e solicitará parecer à área demandante referente à proposta de preço e/ou documentação.

- 14.26. Por motivo justificado, solicitado via *chat*, e acatado pelo pregoeiro e equipe de apoio, a proposta de preço e documentos de habilitação poderão ser encaminhados via e-mail: licitacao@detran.df.gov.br, devendo, nesse caso, ser disponibilizada em sua íntegra no site oficial do Detran/DF.
- 14.27. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidade.
- 14.28. Aos casos omissos, aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023.
- 14.29. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.29.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
 - 14.29.1.1. ANEXO A - DESCRIÇÃO DA AERONAVE
 - 14.29.1.2. ANEXO B - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
 - 14.29.1.3. ANEXO C - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA
 - 14.29.1.4. ANEXO D - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DA VISTORIA
 - 14.29.2. ANEXO II - TABELA DE PREÇO MÁXIMO ADMISSÍVEL
 - 14.29.3. ANEXO C - MODELOS DE DECLARAÇÕES
 - 14.29.4. ANEXO D - MINUTA DO CONTRATO
- Brasília/DF, 12 de maio de 2026.

ANEXO I (do Edital)
TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência n.º 7/2026 - DETRAN/DG/DIRPOL/UOPA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Do objeto

- 1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada em manutenção de aeronaves, certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para executar serviços de manutenção incluindo: Serviço de Apoio Técnico Operacional, serviços de manutenção preventiva, corretiva, correção de discrepâncias, inspeções programadas e não programadas, com aplicação de peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, o controle técnico, e também o suporte aeronáutico e administrativo para outros serviços especializados necessários ao cumprimento do objeto contratual (que não são cobertos pelo Apoio Técnico Operacional), tais como: Subcontratações de Serviços de Terceiros, que englobam os serviços de revisão e reparos especializados de componentes, não realizados diretamente pela contratada; Serviços de Locação, que abrange a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas, que realizem a locação de componentes; Serviço de Aquisição e Fornecimento de Insumos: peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, e demais consumíveis essenciais para a presente contratação (insumos esses que não são fornecidos dentro do item Apoio Técnico Operacional e que também não sejam fornecidos nos contratos 07/2024 e 10/2024); Custos Logísticos, Operacionais e Administrativos visam remunerar a contratada nas subcontratações, locações, treinamentos ou nas aquisições e fornecimentos de insumos, para o helicóptero da fabricante Eurocopter, modelo AS 350 B2, prefixo PR-EBQ, S/N 3973, de propriedade do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN-DF, com o objetivo de mantê-lo em plenas condições de aeronavegabilidade.
- 1.1.2. Conforme observado, é imposição da legislação brasileira que os operadores aeronáuticos provejam manutenção de suas aeronaves, devendo obedecer ainda o que preconizam os manuais do fabricante de célula e motor, conforme especificações e quantidades constantes neste instrumento e seus anexos, nos termos da tabela abaixo:

GRUPO ÚNICO						
ITEM	CATSER	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO

1		12	Mensal	Serviço de Apoio Técnico Operacional, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, correção de discrepâncias, inspeções programadas e não programadas, com aplicação de peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, o controle técnico, e o suporte aeronáutico para o helicóptero operado pelo DETRAN-DF.	R\$ 75.053,33	R\$ 900.639,96
2	16098	1	Serviço	<p>Serviços Especializados necessários ao cumprimento do objeto contratual (que não são cobertos pelo Apoio Técnico Operacional):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Subcontratações de Serviços de Terceiros: englobam os serviços de revisão e reparos especializados de componentes, não realizados diretamente pela contratada. • Serviços de Locação: abrange a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas, que realizem a locação de componentes. • Serviço de Aquisição e Fornecimento de Insumos: peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, e demais consumíveis essenciais para a presente contratação. (insumos esses que não são fornecidos dentro do item Apoio Técnico Operacional e que também não sejam fornecidos nos contratos 07/2024 e 10/2024). • Custos Logísticos, Operacionais e Administrativos visam remunerar a contratada nas subcontratações, locações, treinamentos ou nas aquisições e fornecimentos de insumos. <p>A estimativa aqui lançada será apenas para fins de previsão orçamentária, não devendo haver lance nesse item.</p>	R\$ 906.452,78 Por demanda (valor fixo)	R\$ 906.452,78 Por demanda (valor fixo)
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE						R\$1.807.092,74

*Observação: O valor correspondente ao Item 2, do Grupo Único, permanecerá fixo para composição da planilha de preços do grupo, ou seja, não sofrerá lance no momento da licitação.

1.2. Da Natureza da contratação

1.2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme art. 20, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e art. 73, inciso I, do art. 74 e art. 77, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

1.2.2. O serviço a ser adquirido enquadra-se como qualidade comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, conforme previsto no inciso XIII, do art. 6º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.2.3. Os serviços enquadram-se na natureza de despesa conforme listado abaixo:

- Grupo 3.3.90.39-00 - contratação de empresa especializada na prestação de serviços de terceiros para apoio técnico, serviços especializados e custos logísticos.
- Grupo 3.3.90.30-32 - Suprimento de aviação, tais como: acessórios, peças de reposição de aeronaves, sobressalentes e afins.

1.3. Do Contrato

1.3.1. A contratação com o licitante vencedor será formalizada por intermédio de instrumento contratual, conforme o art. 141, do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.4. **Da Vigência do Contrato**

1.4.1. O prazo de vigência é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do termo contratual, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até **05 (cinco) anos**, na forma dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.2. O fornecimento dos serviços em comento enquadra-se como continuado, tendo em vista que a ocorrência de eventos de descontinuidade que paralisem ou retardem as atividades aéreas da UOPA, comprometerão a correspondente função do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, no que compete às atribuições atinentes à segurança do trânsito. Assim, a manutenção e a conservação do bem são condições precípuas para a operação do helicóptero Sentinela 01, cuja necessidade mostra-se permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar 180500464.

1.5. **Do Reajuste**

1.5.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da data do orçamento estimado, aplicando-se a variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), apurado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), nos termos do Decreto nº 37.121/2016, ou outro índice que vier a substituí-lo.

2. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. **Da Fundamentação Legal**

2.1.1. A contratação obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de Março de 2023, Instrução 532/2024 - DETRAN-DF e demais alterações posteriores, bem como demais normativos constantes no instrumento convocatório e seus anexos.

2.1.2. A contratação está alinhada ao Parecer Referencial nº 44/2023 - PGDF/PGCONS, SEI 179645413.

2.2. **Da Minuta Padronizada**

2.2.1. Ainda, cabe ressaltar que foi utilizado como minuta padronizada para confecção do presente Termo de Referência, no que coube, o modelo para compras aprovado pela Advocacia-Geral da União, enquanto não sobrevinha o modelo a ser aplicado no âmbito do Distrito Federal, tendo em vista o permissivo do inciso III, art. 36, do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023 e o item 2.5.3., do Parecer Referencial SEI-GDF nº 45/2024 - PGDF/PGCONS.

2.3. A contratação de empresa especializada em manutenção de aeronaves, certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, a qual será responsável pela prestação de serviços de apoio técnico operacional, incluindo os serviços de manutenção preventiva, corretiva, correção de discrepâncias, inspeções programadas e não programadas, com aplicação de peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, o controle técnico, e também o suporte aeronáutico e administrativo para outros serviços especializados necessários ao cumprimento do objeto contratual (que não são cobertos pelo Apoio Técnico Operacional), tais como:

- Subcontratações de Serviços de Terceiros: englobam os serviços de revisão e reparos especializados de componentes, não realizados diretamente pela contratada.
- Serviços de Locação: abrange a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas, que realizem a locação de componentes.
- Serviço de Aquisição e Fornecimento de Insumos: peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, e demais consumíveis essenciais para a presente contratação. (que não são fornecidos dentro do item Apoio Técnico Operacional e que também não sejam fornecidos nos contratos da 07/2024 e 10/2024).
- Custos Logísticos, Operacionais e Administrativos visam remunerar a contratada nas subcontratações, locações, treinamentos ou nas aquisições e fornecimentos de insumos.

2.4. **Objetivo da contratação**

A contratação em alusão objetiva a manutenção da aeronave da fabricante Eurocopter, modelo AS 350 B2, prefixo PR-EBQ, S/N 3973 de propriedade do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN-DF, e é justificada por ser fundamental para manter o helicóptero do DETRAN-DF em plenas condições de aeronavegabilidade, em conformidade com a legislação brasileira:

CÓDIGO BRASILEIRO AERONÁUTICO

CAPÍTULO III

Art. 70. [...]

§ 2º Todo explorador ou operador de aeronave deve executar ou fazer executar a manutenção de aeronaves, motores, hélices e demais componentes, a fim de preservar as condições de segurança do projeto aprovado.

§ 3º A autoridade aeronáutica cancelará o certificado de aeronavegabilidade se constatar a falta de manutenção (grifo nosso).

2.4.1. O Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 91, que trata das “Regras Gerais de Operação para Aeronaves Civis” (RBAC 91), estabelece, no item 91.7(a), que “*nenhuma pessoa pode operar uma aeronave civil, a menos que ela esteja em condições aeronavegáveis*”.

2.4.2. Já a subparte “E” do RBAC 91, que versa sobre a manutenção, manutenção preventiva, modificações e reparos, estabelece, no item 91.403(a), que “*o proprietário ou o operador de uma aeronave é primariamente o responsável pela conservação dessa aeronave em condições aeronavegáveis*” (g.n.).

2.4.3. Conforme observado, é imposição da legislação brasileira que os operadores aeronáuticos provejam manutenção de suas aeronaves, devendo obedecer ainda o que preconizam os manuais do fabricante de célula e motor.

2.4.4. A Unidade de Operação Área (UOPA), da Diretoria de Policiamento e Fiscalização de Trânsito (DIRPOL) do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN-DF), tem o objetivo de fomentar a fiscalização de trânsito nas vias do Distrito Federal através do uso da aeronave de asas rotativas. Na atualidade, o DETRAN-DF é o único dentre os Departamentos de Trânsito de

todo o Brasil que possui um helicóptero, o qual vem sendo utilizado como mais um elemento de apoio na prestação do serviço de Policiamento e Fiscalização de Trânsito, bem como nas missões de caráter educativo e social, ao atendimento das demandas internas, das demandas da Segurança Pública ou, ainda, no pronto apoio em cooperação com os demais órgãos.

2.4.5. Desta maneira, para que se mantenha a excelência dos serviços prestados pela Unidade, é necessária a provisão logística, em especial a de manutenção aeronáutica, para o emprego seguro e continuado da aeronave do DETRAN-DF nas missões executadas pela UOPA.

2.4.6. Considerando o tempo de vida acentuado da aeronave adquirida em 2005, o tipo de missão desencadeada na UOPA, a qual exige uma disponibilidade continuada, é possível prever desgastes naturais e fadiga excessiva dos componentes e seus sistemas, os quais demandam intervenções frequentes de caráter preventivo e corretivo.

2.4.7. Além disso, para a conservação da aeronave, necessita-se ainda da substituição periódica, e por vezes eventual, de peças e componentes, sejam por trocas sistemáticas ou para a correção de discrepâncias. Vale ressaltar que segundo documentos emitidos pelo fabricante, essas substituições são de aplicação obrigatória, independentemente do tempo e condição de aeronavegabilidade.

2.4.8. Ademais, diante da hipótese de indisponibilidade da aeronave, o executor por meio de um juízo do custo-benefício e da vantajosidade para a Administração Pública, tendo como norte, principalmente, a celeridade no reestabelecimento da operação, haja vista a peculiaridade da missão da referida aeronave, a qual é única, poderá autorizar a locação de componentes e sua respectiva aplicação na aeronave em caráter precário e por prazo determinado, enquanto se aguarda a recuperação da peça danificada, o recebimento de uma nova ou a revisão de subparte venciada.

2.4.9. Para finalizar devemos sempre lembrar a relevância que é dada à segurança operacional de voo, tema este ligado diretamente à promoção da manutenção, cuja responsabilidade não é só dos tripulantes, mas também dos gestores de todo serviço aéreo, conforme alude o artigo 87, do Código Brasileiro Aeronáutico (CBAer):

Art. 87. A prevenção de acidentes aeronáuticos é da responsabilidade de todas as pessoas, naturais ou jurídicas, envolvidas com a fabricação, manutenção, operação e circulação de aeronaves, bem assim com as atividades de apoio da infraestrutura aeronáutica no território brasileiro.

2.4.10. Portanto, a UOPA precisa estar em conformidade com a legislação aeronáutica do País e com toda doutrina de segurança operacional da atividade aérea, mantendo sua aeronave aeronavegável e mantida de acordo com os manuais dos fabricantes dos modelos por ela operados.

2.5. Justificativa da necessidade de contratação por grupo único

2.5.1. É importante salientar que todos os serviços são correlatos e irão compor o grupo único, portanto, a pretensa licitação terá apenas uma contratação, tendo em vista tratar-se de uma aeronave da qual todos os serviços de manutenção e aeronavegabilidade são fiscalizados pela ANAC, tais serviços somente podem ser executados por empresas devidamente homologadas por essa autarquia, considerando as justificativas abaixo:

2.5.2. Qualidade e confiança na execução dos serviços são necessárias, haja vista que se trata de uma aeronave com grande utilização, com uma missão peculiar e de natureza sensível e, assim, a Administração deve zelar pela fiel observância da qualidade mínima determinada pela ANAC na execução dos serviços. Isto permitirá o estabelecimento de uma confiabilidade da execução das obrigações por parte da empresa, o que refletirá numa vantagem para Administração, além de segurança para as operações.

2.5.3. Uma vez permitida a divisão do objeto, a Administração poderá contratar com diferentes empresas, às quais os serviços recairão sobre um único equipamento, permitindo uma possível “confusão” na execução dos serviços, o que poderá restar em prejuízo para controle, acompanhamento, fiscalização e apuração de responsabilidades, impactando em mais custos para o DETRAN-DF. Com o objetivo de manter a qualidade dos serviços a serem executados, bem como à apuração de responsabilidades, esses somente poderão ser executados por uma única empresa.

2.5.4. A unicidade supracitada revela-se vantajosa à Administração sob o ponto de vista econômico, haja vista que a empresa que for contratada executará todos os serviços de manutenção e suporte técnico, bem como o serviço de fornecimento de insumos (peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, outros bens e demais consumíveis essenciais para a presente contratação), que não sejam fornecidos nos Contratos nº 07/2024 e nº 10/2024; e essa responsabilizará unicamente por tais serviços. Do contrário, em se permitindo que duas ou mais empresas o executem, a Administração terá dificuldade em individualizar a responsabilidade em caso de má qualidade na prestação dos serviços e/ou inadimplência contratual. O controle da execução dos serviços ficará facilitado na medida em que terá menos contratos e menor quantidade de logística da Administração para fiscalizar tais serviços.

2.6. Justificativa da necessidade da prestação contínua dos serviços

2.6.1. Conforme observado, a presente contratação é de natureza continuada, uma vez que, para o desenvolvimento habitual e ininterrupto das operações da UOPA, é necessária a prestação continuada de serviços de manutenção e dos desdobramentos da manutenção: as manutenções preventivas, corretivas, curativas, detectivas, preditivas, de linha e todas as demais, cuja interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional do DETRAN-DF, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU):

(...) a realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. (TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.)

2.6.2. No mesmo sentido é a definição apresentada no art. 15, da Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio

2.6.3. Considerando a abrangência e imprevisibilidade de atuação desta aeronave em todo o Distrito Federal, bem como a necessidade de se realizar inspeções antes do primeiro voo do dia, entre voos e/ou após o último voo do dia, independente da localidade, em tais inspeções podem ser verificadas e constatar avarias ou discrepâncias, que podem gerar o acionamento da empresa contratada para que sejam sanadas, no menor tempo possível, por profissional habilitado e credenciado pela ANAC (Mecânico de Manutenção Aeronáutica – MMA).

2.6.4. Assim, por necessidade do serviço, a atividade de manutenção deve se dar de forma contínua, não podendo ser interrompida sob pena de comprometer as condições de segurança operacional das atividades aéreas e da aeronavegabilidade, o que impediria legalmente a operação da aeronave e, por conseguinte, a continuidade dos serviços da UOPA.

2.6.5. Vale comentar que a atividade por sua própria natureza é, por vezes, inopinada, e sempre carecerá de contar com uma equipe técnica em condições de pronto emprego. Tal serviço irá propiciar a adequada operacionalidade da aeronave, na medida em que é de suma importância que, sempre que necessário, a empresa efetue no menor tempo possível as manutenções, inspeções e saneamentos das avarias e possíveis panes.

2.6.6. Considerando que a prestação do serviço de manutenção aeronáutica sobre os componentes da aeronave são de alta prioridade e de relevância para assegurar a aeronavegabilidade e manter os níveis de prevenção e segurança de voo, há a imperiosa necessidade que tal serviço seja disponibilizado onde quer que a aeronave esteja.

2.7. Justificativa acerca do regime de Apoio Técnico Operacional (ATO)

2.7.1. No tocante ao regime de contratação por meio da modalidade de apoio técnico operacional, este trará benefícios efetivos e diretos como:

A imediata intervenção de manutenção pela equipe técnica em caso de panes ou falhas dos sistemas da aeronave, disponibilizando-a para voo o mais rapidamente possível;

O correto planejamento e controle das manutenções preventivas e de seus componentes aeronáuticos, em face do controle técnico executado pela contratada;

A disponibilidade exclusiva de técnicos para executarem as inspeções previstas, o que evita o normal aguardo em filas de espera de oficinas;

A execução das inspeções previstas no manual do fabricante com um cronograma personalizado de manutenção visando o menor impacto na disponibilidade operacional;

O incremento de outros serviços de suporte aeronáutico, além da manutenção propriamente dita, que garantirá maior segurança, disponibilidade operacional e compatibilidade com as missões peculiares dessa unidade aérea.

2.7.2. Como dito, tais benefícios são refletidos diretamente na segurança de voo e na alta disponibilidade da aeronave, o que acarretará aspectos positivos à tripulação, pois a confiabilidade na correta e adequada manutenção é um dos principais fatores que garantem a segurança da operação.

2.7.3. A UOPA já adota esta modalidade de apoio técnico operacional há mais de 15 (quinze) anos, o que resultou em média anual, de 90% de disponibilidade. São exemplos de órgãos públicos do GDF e do Governo Federal que adotam esta mesma modalidade para dar suporte às suas operações: A Casa Militar, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF e o Departamento de Polícia Federal - DPF.

2.7.4. Outrossim, entende-se que esta modalidade de apoio técnico operacional adotada em Brasília, é a opção que tem se demonstrado mais efetiva e conveniente, pois caso contrário, a necessidade de trasladar o helicóptero para realizar suas manutenções preventivas em outros Estados, sob as consequências de dispêndio de horas de voo com tais deslocamentos, que podem consumir até 12 (doze) horas de voo na ida e no retorno, o que torna desinteressante para o DETRAN-DF, que possui apenas uma aeronave para atender suas demandas; estaria, assim, deixando de aproveitar cerca de 10% (dez por cento) das horas disponíveis após uma manutenção preventiva, apenas com tais traslados.

2.8. Justificativa acerca da manutenção e demais serviços em Brasília - DF

2.8.1. Adiciona-se, ainda, neste diapasão, os custos relacionados ao traslado para outro Estado da federação, envolvendo diárias e transporte para a tripulação, além dos custos fixos relativos a hora de voo de helicóptero ESQUILO AS350 B2 que são: seguro, salários da tripulação, hangaragem, e outros, além dos custos variáveis com o combustível aeronáutico, os lubrificantes e a própria manutenção preventiva, entre outros, conforme as tabelas exemplificativas a seguir, emitidas pela Conklin&deDecker:

Helicóptero AS 350 B2	Custos fixos por hora de voo	Custos variáveis por hora de voo**	Custo total por hora de voo
Valor estimado	R\$ 4.300,00	US\$ 640,06 ***ou R\$ 3.554,70	R\$ 7.854,70

** Fonte: Site JSSI. Disponível em: <<https://jetsupport.com/>>.

*** Dólar considerado: R\$ 5,5537 (fonte: Banco Central do dia 23/07/2025. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidade/financeira/fechamentodolar>>).

2.8.2. Os custos exemplificados e estimados acima, ocorrerão, caso seja contratada empresa de manutenção aeronáutica fora de Brasília, a cada inspeção preventiva (150, 300 e 600 horas de voo, etc.), em que a empresa contratada não puder realizá-las fora de sua base, e considerando a média mensal de horas de voo, estes custos ocorrerão, em média, a cada cinco meses.

2.8.3. Entende-se, portanto, que tais custos e consumo de horas de voo de traslado serão suprimidos caso seja efetivada a contratação de empresa de manutenção aeronáutica situada na cidade de Brasília, que é a base de operação da UOPA/DETRAN-DF.

2.8.4. Aliado a tais custos extras de contrato, e dado que algumas inspeções, ou melhor, a grande maioria delas, ocorrem em razão de vencimento por horas de voo, ao se trasladar a aeronave na ida e retorno para outro Estado, já se estará consumindo quantidade considerável de horas de voo disponíveis após a manutenção preventiva, o que indubitavelmente reduzirá a disponibilidade final de horas de voo para executar as missões em Brasília.

2.8.5. Já mantendo em Brasília, deixando de serem realizados tais traslados, a UOPA usufruirá da quase totalidade das horas de voo de sua disponibilidade após uma inspeção preventiva, e estas serão utilizadas somente para as missões fins desta unidade, o que torna a medida extremamente importante e conveniente quando se dispõe de apenas uma aeronave.

2.8.6. Como o objeto contratado abrange serviços de manutenção e suporte aeronáutico, o aeroporto internacional de Brasília foi escolhido por ser o único aeródromo público homologado no Distrito Federal que dispõe de condições de segurança, estrutura para embarque e desembarque de tripulação e órgão ATS, além de suporte de abastecimento com empresas credenciadas pelo GDF.

2.9. Do Princípio da Padronização

2.9.1. Em relação ao Princípio da Padronização, disposto na Seção VI - Da Padronização- do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023 e artigos 40 e 47, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ainda em atendimento ao Princípio da Eficiência, uma vez que a padronização gera ganhos para a Administração em termos de economicidade, a presente contratação não consta do catálogo eletrônico de padronização, <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>.

2.10. Contratações correlatas e/ou interdependentes

2.10.1. Destaca-se que não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes ao objeto pretendido para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

2.11. Do Plano de Contratações Anual (PCA)

2.11.1. A pretensa contratação está prevista no [Planejamento de Contratação Anual - PCA do Departamento de Trânsito do Distrito Federal](#) e conforme sítio eletrônico oficial [PCA - DETRAN-DF](#), em cumprimento ao inciso II, § 1º, art. 18, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

2.11.2. O código ID do PCA é: 34178, SEI 179918876.

2.12. Do Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento Estratégico

2.12.1. A contratação de Empresa certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) 43, para a prestação de serviços de manutenção do helicóptero do DETRAN-DF, encontra-se em consonância com o [Planejamento Estratégico do DETRAN-DF 2024-2030](#), na medida que a aeronave atende à Missão/Visão constantes no Mapa Estratégico do DETRAN-DF, bem como as atribuições da Diretoria e Policiamento de Fiscalização de Trânsito do DF.

- **Missão:** Cumprir e fazer cumprir as normas de trânsito promovendo a segurança, fluidez e civilidade nas vias do Distrito Federal.
- **Visão:** Ser referência nacional em gestão de trânsito e reconhecido pela excelência dos serviços prestados à população.

2.13. Do Sistema TR Digital

2.13.1. O proveito do Sistema TR Digital, ferramenta informatizada integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, conforme estipulado na Instrução Normativa SEGES/ME n.º 81, de 25 de novembro de 2022, não foi realizado, uma vez que não está institucionalizado no âmbito do Governo do Distrito Federal (GDF).

3. GLOSSÁRIO

3.1. Preliminarmente, é preciso esclarecer algumas nomenclaturas empregadas no Termo de Referência para elucidar a presente intenção de contratação:

3.1.1. **Aeródromo:** “é toda área destinada a pouso, decolagem e movimentação de aeronaves” (cf. art. 27 do CBA). Representa uma área delimitada em terra ou na água destinada, no todo ou em parte, para pouso, decolagem e movimentação em superfície de aeronaves; inclui quaisquer edificações, instalações e equipamentos de apoio e de controle das operações aéreas, se existirem. Quando destinado exclusivamente a helicópteros, recebe denominação de heliponto.

3.1.2. **Aeronavegabilidade:** autorização legal de poder aeronavegar, emitida pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Seus requisitos representam uma exigência governamental relativa ao projeto, materiais, processos de construção e fabricação, desempenho, qualidades de voo, sistemas e equipamentos de uma aeronave e seus componentes, visando garantir a segurança da operação.

3.1.3. **Controle técnico:** para efeito deste termo, entender-se-á por controle técnico o seguinte:

3.1.3.1. Organizar e manter atualizada a biblioteca técnica da contratante;

3.1.3.2. Efetuar o controle de assinaturas e recebimento de diretrizes de aeronavegabilidade e boletins de serviço;

3.1.3.3. Efetuar devidamente os registros em todas as cadernetas da aeronave, devendo para tanto fornecê-las sempre que necessário, inclusive o diário de bordo;

3.1.3.4. Atualizar as fichas de inspeção relativas aos planos de manutenção da aeronave;

3.1.3.5. Manter os arquivos de serviços efetuados e informação de pessoal técnico da contratante; e

3.1.3.6. Efetuar o controle de Manutenção da aeronave (fornecer mapa de controle técnico).

3.1.4. **Discrepância:** toda anomalia, pane ou problema ocorrido nos mais diversos componentes e sistemas da aeronave, de caráter imprevisível (inopinado ou inesperado) ou ainda considerado item/evento de não rotina, que exige intervenção do mecânico ou da oficina de manutenção. Dentre os mais diversos exemplos de discrepância, pode-se citar ocorrências como hard landings, turbulência forte, FOD, bird strikes, dano causado por equipamentos de solo, tail strike, lightning strike, landing gear/flap/slat/MMO/VMO overspeed, high-energy stop, entre outros.

3.1.5. **Fluidos:** compreende todos os insumos referentes a óleos e demais lubrificantes, aditivos, combustível e outros necessários

para a operação completa de aeronaves.

3.1.6. **Hora/homem (h/h):** compreende a unidade de medida para os serviços executados por um mecânico, ou inspetor de manutenção aeronáutica ou um piloto, devendo ser indistinto para todos os serviços relacionados à manutenção e manutenção preventiva.

3.1.7. **Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA)** - antiga IAM-Inspeção Anual de Manutenção: Representa a inspeção obrigatória realizada anualmente na aeronave, exigida pela ANAC.

3.1.8. **Insumos:** compreendem todas as peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, suprimentos, outros bens materiais e demais consumíveis essenciais para a presente contratação.

3.1.9. **Manutenção:** é qualquer atividade de inspeção, revisão, reparo, limpeza diária do pré voo, conservação ou substituição de partes de uma aeronave e seus componentes. Constituem desdobramentos da manutenção: as manutenções preventivas, corretivas, curativas, detectivas, preditivas, de linha e todas as demais. Na presente contratação, a terminologia englobará ainda serviços de modernização, reconstrução, alteração, recondicionamento, modificações e as demais intervenções de caráter logístico para manter a aeronavegabilidade, a modernidade e a confiabilidade dos sistemas da aeronave, como segue:

3.1.9.1. **Manutenção preventiva:** significa uma operação de preservação simples ou de pequena monta, assim como a substituição de pequenas partes padronizadas, seguindo os padrões exigidos pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). É o conjunto das atividades programadas, geralmente repetitivas, que permitem verificar e manter um determinado nível de funcionamento, reduzindo a probabilidade de avarias ou degradação da aeronave. Em suma, é a execução e o cumprimento do programa de manutenção do fabricante;

3.1.9.2. **Manutenção corretiva:** é o conjunto das operações executadas após a ocorrência de uma pane, discrepância ou anomalia, permitindo restabelecer o nível de funcionamento normal e condições aprovadas e atestadas pelo fabricante;

3.1.9.3. **Manutenção preditiva:** representa o acompanhamento periódico da aeronave e seus equipamentos, através de dados coletados por meio de monitoramento, intervenções ou inspeções, de qualquer natureza. Envolve, por exemplo, técnicas de análise de vibração, análise de fluidos e estrutura, balanceamento, ultrassom, inspeção visual e outras de análise geral e específica para prevenir discrepâncias;

3.1.9.4. **Manutenção curativa:** é o conjunto de ações que possibilitam a solução definitiva de uma anomalia e que permitem eliminar, no todo ou em parte, a manutenção preventiva e corretiva associada a esta anomalia;

3.1.9.5. **Manutenção de linha:** qualquer manutenção não programada resultante de um evento não previsível ou inspeção programada que contém serviço e/ou inspeções que não requerem treinamento, equipamento ou instalações especiais, além de outras tarefas abarcadas na legislação aeronáutica;

3.1.9.6. **Manutenção detectiva:** ações que possibilitam localizar possíveis indícios ocultos e redibitórios que podem levar a uma avaria da aeronave. Utiliza de recursos tecnológicos para solucionar eventuais problemas detectados na aeronave, tais como boroscopia, espectrometria, ferrografia, imagens de raio X, dentre outras.

3.1.10. **Price List:** terminologia aeronáutica em inglês que significa “lista de preço”. Representa a relação atualizada de preços, normalmente em dólar ou euro, expedida pelo fabricante, para peças e componentes aplicáveis no modelo da aeronave descrita no documento.

3.1.11. **RBAC:** Regulamento Brasileiro de Aviação Civil. São regulamentos expedidos pela ANAC, de cunho obrigatório, para regular a aviação civil em diversos temas, conforme numeração própria.

3.1.12. **Reparo:** é a restituição de uma peça, componente, sistema, motor e/ou aeronave à situação aeronavegável, após a eliminação de defeitos ou danos, inclusive os causados por acidentes/incidentes.

3.1.13. **Socorro fora de base:** compreende todos os serviços de manutenção executados na aeronave da contratante fora do limite do Distrito Federal, por ocasião de pane, emergência, pouso forçado, acidente, incidente, ocorrência de solo, discrepância ou outra eventual irregularidade observada por qualquer membro da tripulação que exija intervenção especializada.

3.1.14. **Troca standard:** neste processo, os elementos usados ou deteriorados são substituídos por peças novas ou certificadas de origem, conforme condições e regras estabelecidas pelo fabricante. O recebimento da peça ou do componente novo ou certificado pode ser realizado ainda mediante a entrega do mesmo substituído como parte do pagamento. A diferença entre a troca standard e a substituição de peças é que esta última ocorre quando as peças não apresentam mais condições de uso ou recuperação e já na troca standard, a peça substituída pode ainda ser reutilizada desde que submetida a uma revisão.

4. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

4.1. O presente termo de referência detalha as condições da licitação para a contratação de empresa para realizar o serviço de manutenção de aeronaves, certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), a qual será responsável pela prestação de serviços de manutenção, incluindo: apoio técnico operacional, controle técnico, serviços de manutenção preventiva, corretiva, correção de discrepâncias, inspeções programadas e não programadas, com aplicação de peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, fornecimento de insumos (peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, outros bens e demais consumíveis essenciais para a presente contratação). Além disso, a empresa deverá fornecer suporte aeronáutico e administrativo para outros serviços especializados atinentes à operação do helicóptero Eurocopter AS 350 B2, prefixo PR-EBQ, S/N 3973, de propriedade do DETRAN-DF, conforme detalha o presente Termo de Referência.

4.2. As condições do serviço foram formuladas visando aprimorar a gestão dos recursos públicos, alinhando-se às práticas do setor privado. Isso ocorre mediante a adoção de padrões convencionais de mercado e de preços, com objetivo de atrair fornecedores qualificados, estimular a concorrência e promover a eficiência na execução de contratos, contribuindo para o alcance dos objetivos da Administração Pública e redução dos custos.

4.3. A descrição da solução na totalidade encontra-se pormenorizada no **Estudo Técnico Preliminar 180500464**. Em resumo, destaca-se:

4.3.1. Acredita-se na vantagem de adotar a metodologia de apoio técnico operacional tendo em vista a inexistência de uma oficina de manutenção aeronáutica na Unidade de Operação Aérea (UOPA) e de um quadro permanente de mecânicos e assessores técnicos capazes de conservar a regularidade e a promoção de um legado de experiências na atividade aérea. Vale citar que a segurança

operacional de voo possui íntima ligação com a manutenção aeronáutica e, portanto, um contrato de natureza mais abrangente com um mesmo fornecedor diminui os riscos e implementa unidade na comunicação e na responsabilização nos serviços técnicos de manutenção aeronáutica.

4.3.2. Ademais, a decomposição do preço em 02 (dois) substratos básicos / itens (um de natureza fixa e outro variável, conforme a demanda) agregará transparência à licitação e ao processo de fiscalização contratual como um todo.

4.3.3. Considerando as características dos serviços a serem contratados, poderá haver parcelamento na execução, haja vista que as emissões de empenho se darão conforme a necessidade, do regime de operações e da disponibilidade de recursos orçamentários, até que a demanda seja atendida em sua totalidade.

5. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A não subdivisão do objeto da licitação pode ser justificada com base na impossibilidade de garantir economia de escala. Aqui estão algumas justificativas detalhadas:

5.1.1. Impossibilidade de Garantir Economia de Escala

5.1.1.1. A natureza do objeto da licitação e as características do mercado não permitem a obtenção de economia de escala significativa por meio do parcelamento.

5.1.1.2. A contratação conjunta de todos os itens ou partes do objeto resultaria em custos menores do que a contratação individual de cada item, devido à sinergias operacionais, otimização de recursos e ganhos de eficiência que só podem ser alcançados com uma abordagem integrada.

5.1.1.3. A não subdivisão do objeto permite que a organização contratante aproveite esses benefícios econômicos, garantindo uma gestão mais eficiente e eficaz dos recursos disponíveis.

5.1.2. Complexidade da Administração Contratual

5.1.2.1. A divisão do objeto em múltiplos itens aumentaria a complexidade da administração contratual, exigindo a coordenação de vários contratos e fornecedores.

5.1.2.2. Isso poderia resultar em custos adicionais associados à gestão de contratos, supervisão de desempenho, resolução de conflitos e comunicação entre as partes envolvidas.

5.1.3. Viabilidade Econômica e Técnica

5.1.3.1. Considerando as características específicas do mercado e do objeto da licitação, a não subdivisão do objeto é a abordagem mais viável economicamente.

5.1.3.2. A contratação conjunta permite que a organização contratante aproveite as economias de escala disponíveis, garantindo uma utilização eficiente dos recursos públicos e maximizando o valor obtido com a contratação.

5.1.3.3. Portanto, com base na impossibilidade de garantir economia de escala e na complexidade da administração contratual, a não subdivisão do objeto da licitação é justificada, alinhando-se aos princípios de eficiência, economicidade e melhores práticas de gestão de contratos públicos.

6. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

6.1. O Apoio Técnico Operacional para o helicóptero AS 350 B2, operado pela UOPA/DETRAN-DF, compreende os serviços que serão cobertos pelo custo fixo mensal a ser pago à Contratada, a saber: suporte aeronáutico, inspeções diárias de pré, inter e pós-voo, assessoria técnica, limpeza, higienização, controle técnico e outros serviços de manutenção aeronáutica em geral e suporte, conforme detalhamento abaixo:

6.1.1. Manutenção

6.1.1.1. Os serviços conceituados como manutenção, aludidos nessa categoria do presente Termo de Referência, correspondem a todas as atividades mencionadas no Glossário, sejam de natureza preventiva, preditiva ou corretiva, abrangendo todas as atividades de inspeção, revisão, reparo, intervenção, limpeza, chapeamento, conservação, atualização, modernização, reconstrução, alteração, recondiçãoamento, pintura, modificações ou substituição de partes de uma aeronave, seus componentes e sistemas e, ainda, operações de preservação simples ou de pequena monta, assim como a substituição de partes padronizadas, seguindo os padrões exigidos pela ANAC e pelo fabricante do helicóptero AS 350 B2, relacionados no **Anexo A**, deste Termo de Referência.

6.1.2. Manutenção preventiva ou programada

Em se tratando de manutenções programadas e/ou previamente planejadas, a empresa deverá disponibilizar um cronograma de manutenção a ser executado por uma equipe técnica de manutenção aeronáutica, devidamente qualificada, para realizar as inspeções calendárias, horárias, por ciclos, por pousos e todas as demais previstas nos Boletins de Serviço e Manuais do fabricante do helicóptero e na legislação/regulamentação aeronáutica vigente e atualizada, na cidade de Brasília - DF, de forma que a aeronavegabilidade seja mantida durante todo o período do contrato.

A equipe técnica será composta por, no mínimo: 01 (um) inspetor de manutenção aeronáutica e 01 (um) mecânico de manutenção aeronáutica habilitado para célula, motor e aviônicos, todos qualificados pela ANAC. A configuração mínima exigida poderá ser alterada no curso da execução contratual em caso de promulgação ou publicação de legislação/norma/regulamento posterior modificativo.

A frequência e periodicidade destes serviços estão descritas nos manuais do fabricante da aeronave e dependem do regime de utilização (número de horas de voo, partidas, pousos, etc.), devendo ser checados regularmente pela empresa contratada, a fim de que seja realizado o Controle Técnico de Manutenção - CTM, que também será obrigação da empresa.

Os profissionais indicados deverão estar sob responsabilidade técnica da contratada, não sendo admitida mera intermediação de mão de obra.

6.1.3. Manutenção corretiva

Também estarão abrangidas no apoio técnico operacional as intervenções decorrentes de discrepâncias apresentadas em

operação, ainda que fora de base, a aplicação de acessórios, a aplicação de qualquer boletim e o cumprimento de Diretrizes de Aeronavegabilidade (AD) da AIRBUS ou da SAFRAN que serão efetuados de acordo com as normas e padrões da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, atendendo aos requisitos dos Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil – RBAC nos 43, 91 e 145, bem como toda a legislação superveniente que for aplicável, incluindo as diretivas técnicas dos fabricantes da aeronave e do motor.

A empresa deverá intervir em caso de pane, no tempo máximo de 60 (sessenta) minutos após a comunicação do evento ou falha no helicóptero no território do DF, e em até 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação, caso esteja fora do território do DF, e para tanto deverá disponibilizar, pelo menos, um mecânico de manutenção aeronáutica que seja técnico habilitado, para cada padrão existente no presente edital, ou habilitado em todas as especialidades constantes no Certificado de Homologação de Empresa (CHE) da empresa contratada, ininterruptamente, o(s) qual(is) deverá(ão) estar, na base da contratante, **sob sua responsabilidade técnica e operacional**.

Na hipótese de socorro fora de base, os serviços de mão de obra já estão remunerados no custo fixo mensal, não havendo qualquer acréscimo no custo de apoio técnico operacional contratado.

6.1.4. **Atualização e modernização**

6.1.4.1. A empresa deverá proporcionar serviços de manutenção aeronáutica com os fins de modernização e atualização necessária do helicóptero, sugerida ou a pedido, que estejam disponíveis para melhorar a segurança de voo, o desempenho ou o seu aspecto geral, e para tanto deverá disponibilizar 01 (um) técnico habilitado para realizar estes serviços, sempre sob demanda da contratante.

6.1.4.2. A frequência e periodicidade deste serviço dependem das atualizações que porventura venham a ser lançadas, pois trata-se de novos equipamentos a serem instalados na aeronave.

6.1.4.3. As manutenções, sendo elas programadas ou não, serão realizadas, sempre a pedido do executor do contrato ou substituto legal, por meio de solicitação formal, admitindo ser por e-mail, devendo a contratada requerer esclarecimentos caso haja dúvida acerca dos serviços requeridos.

6.1.4.4. A ordem de execução, os procedimentos, as metodologias e as tecnologias a serem empregados estão previstos nos manuais do fabricante da aeronave e de seu motor, bem como, os deveres e as disciplinas exigidas, conforme previsão na legislação aeronáutica em vigor, e a empresa contratada deverá cumpri-los rigorosamente, sendo os mesmos de caráter mandatório.

6.1.4.5. Vale lembrar que os serviços a serem contratados abrangem todos os sistemas e grandes componentes da aeronave, a saber, célula, motor e aviônicos.

6.1.5. **Limpeza e Higienização**

6.1.5.1. Essa categoria envolve todo conjunto de serviços, técnicos ou não, relacionados à limpeza básica e higiene da aeronave, interna e externamente, garantindo a segurança das operações, bem como o asseio e a qualidade sanitária do transporte da tripulação, passageiros e de autoridades.

6.1.5.2. Englobam essa categoria serviços de lavagem, polimento, enceramento, polimento de metais, limpeza de esquí, preparação para navegações, remoção de riscos e manchas, hidratação e limpeza de couros, sanitização e desinfecção convencional, dentre outros.

6.1.5.3. A frequência e periodicidade deste serviço depende da disponibilidade da aeronave e deverá ser realizada a pedido do assessor técnico da UOPA ou quando observada situação sanitária incompatível com a missão da Unidade, devendo tal análise ser executada diariamente pelo mecânico responsável da contratada.

6.1.5.4. Por estar diretamente relacionada à manutenção aeronáutica, o procedimento de limpeza e higienização da aeronave deverá utilizar-se de materiais e equipamentos próprios e certificados pelo fabricante, usuais no meio aeronáutico, além de ser executado por profissional mecânico de aeronaves habilitado pela ANAC, garantindo assim a segurança operacional.

6.1.5.5. Não se aplica a esta classificação de limpeza, higienizações realizadas por empresas especializadas para fins de desinfecção de material biológico ou higienização com equipamentos ou materiais especiais, os quais serão abarcados no item relativo aos serviços de terceiros (subcontratáveis).

6.1.5.6. É vedado à contratada estabelecer datas ou horários fixos para realizar a limpeza da aeronave. A limpeza poderá ser solicitada pela contratante a qualquer momento, devendo a contratada executá-la no prazo máximo de **4 (quatro) horas** contadas do acionamento.

6.1.6. **Inspecções, Assessoria e Suporte Aeronáutico**

6.1.6.1. A equipe ou o técnico da empresa contratada executará diariamente todas as atividades inerentes à manutenção da aeronave, quais sejam: inspeções de pré-voo; inspeções de inter-voo; inspeções de pós-voo; assistência e suporte técnico nos acionamentos dos motores; assistência e suporte técnico nas saídas e chegadas dos voos, disponibilizando GPU quando necessário, e acompanhamento a bordo do helicóptero nos voos de traslado e manutenção, quando necessário, ainda que realizados fora da sede da contratada.

6.1.6.2. As atuações da equipe técnica ou do mecânico aeronáutico independem de reporte do piloto acerca de irregularidades ou discrepâncias observadas, devendo ser prestada diariamente, ainda que fora da sede da contratada, quando for o caso.

6.1.6.3. O apoio técnico operacional abarca também serviços de inspeção pré-voo, inter-voo e pós-voo, independente de previsão legal determinante para o piloto ou outro servidor da contratante, uma vez que se trata de serviços incorporados à contratação.

6.1.6.4. Além do apoio durante a operação da aeronave, compreende também essa categoria a assessoria técnica que, dentre outros, envolve receber em sua(s) oficina(s) diariamente, servidores lotados na UOPA, para fins de aquisição de experiência profissional, referenciada no nº 2 da letra 'd' do item 65.75 do RBHA Nº 65, além de permitir o acompanhamento de todas as atividades contratadas.

6.1.6.5. A assessoria técnica envolverá ainda treinamentos e instruções técnicas aos aeronavegantes, dentre pilotos, operadores aerotáticos e mecânicos da UOPA, ministrados pela própria contratada ou seus representantes, para a manutenção de proficiência técnica seja em assuntos afetos à segurança de voo, à manutenção aeronáutica e a aquisição de conhecimentos técnicos da aeronave para melhor desempenho das funções de gestão operacional, fiscalização e execução contratual. Esses serviços de assessoria em treinamento devem ser previamente acordados entre as partes, em dias e horários combinados, não podendo acarretar paralisação ou prejuízo aos demais

serviços abarcados na contratação.

6.1.7. Controle Técnico de Manutenção (CTM)

6.1.7.1. É o serviço de acompanhamento dos componentes controlados, do cumprimento das Diretivas Técnicas, das demais exigências pertinentes à legislação vigente, da atualização mensal de todas as cadernetas das aeronaves e controle/atualização das publicações técnicas, inclusive o diário de bordo físico ou digital na parte relativa às discrepâncias, horas de célula, motor, ciclos e inspeções.

6.1.7.2. O CTM deverá, obrigatoriamente, estar instalado no endereço designado como base da contratada e base operacional da UOPA.

6.1.7.3. Para a realização do serviço de controle técnico, a UOPA, por intermédio do executor, e os mecânicos da manutenção da Contratada disponibilizarão ao CTM, os seguintes dados:

Horas de voo, acionamentos e pousos;

Discrepâncias apresentadas;

Informações sobre serviços de manutenção realizados, tais como substituição de componentes com vida útil controlada e inspeções cumpridas.

6.1.7.4. O serviço de controle técnico de manutenção comporá o custo mensal fixo, e será apresentado mensalmente (ou sempre que requerido) sob a forma de relatórios computadorizados, apresentados impressos e/ou em mídia eletrônica, contendo no mínimo os seguintes dados:

Dados gerais atualizados sobre horas de voo, horas de uso dos motores, pousos e ciclos, além dos vencimentos das principais inspeções, CVA, peso e balanceamento, licença de estação, seguros e DENTEL/FISTEL;

Relação de inspeções a serem cumpridas;

Controle de componentes com vida útil controlada/limitada;

Controle de aplicabilidade de diretrizes de aeronavegabilidade;

Controle de aplicabilidade de boletins de serviço mandatário e recomendado;

Controle da atualização dos conjuntos de manuais da aeronave.

6.1.7.5. A Contratada arcará com toda a responsabilidade referente ao pagamento de multas ou quaisquer ônus provenientes da não observância de algum dos itens referentes ao serviço de controle técnico, ao descumprimento a qualquer recomendação, boletim ou instrução emitida pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC ou pelo fabricante da aeronave durante a vigência do Contrato, bem como será responsabilizada civil e criminalmente por qualquer falha na realização dos serviços.

6.1.7.6. Será fornecida pela Contratada uma pasta contendo todas as listagens referentes aos controles descritos. Estas listagens serão atualizadas sempre que a aeronave cumprir uma inspeção periódica de seu programa de manutenção acima de 100 (cem) horas ou a cada mês, o que ocorrer primeiro. Neste caso, a Contratada enviará à UOPA o conjunto de listagens atualizadas para inserção na pasta, juntamente com a fatura de cobrança do valor fixo mensal.

6.1.7.7. A Contratada enviará à UOPA extratos das inspeções a serem realizadas na aeronave e seus motores e dos vencimentos dos componentes com vida útil limitada e de Diretivas Técnicas mandatárias com, no mínimo, 30 (trinta) dias ou 100 (cem) horas de antecedência, o que ocorrer primeiro, à realização do serviço adequado para o seu cumprimento.

6.1.7.8. Nessa hipótese, além do mapa com os componentes a serem substituídos, a Contratada apresentará também um cronograma personalizado para o cumprimento das inspeções especificando o prazo de execução de cada inspeção para que seja planejada a suspensão das operações, devendo ser admitido qualquer horário e data para a realização.

6.1.7.9. O serviço de controle técnico inclui os serviços de revisão e/ou atualização das publicações e biblioteca técnica das aeronaves que se encontram na UOPA, tais como: manuais de voo, manuais dos motores e estruturais, manuais de manutenção, catálogos de peças, dentre outras.

6.1.7.10. A Contratada responsabilizar-se-á pela revalidação do sistema de navegação GPS instalados nas aeronaves, das licenças e/ou certificados necessários para a correta operação da aeronave.

6.1.7.11. Os custos referentes às assinaturas do item anterior serão repassados ao Contratante com a apresentação do respectivo orçamento, desde que autorizado pelo executor. A periodicidade para revalidação ou atualização será anual.

6.1.7.12. A Contratada deverá fornecer à UOPA as informações relativas ao controle técnico na forma prevista, sempre que solicitado, bem como permitir total acesso aos dados de controle técnico da aeronave em poder da empresa.

6.1.8. Área de apoio

6.1.8.1. É necessário disponibilizar ou garantir acesso a um espaço na mesma localidade onde o helicóptero da Unidade de Operação Aérea (UOPA) ficará, que conte com duas áreas (subdivisões) e tenham a capacidade mínima para acomodar 08 (oito) mesas de escritório, além de contar com ar-condicionado e conexão à internet. Esse local deve ser utilizado para a elaboração de planos de voo, realização de briefings de tripulação de serviço e para o armazenamento de documentos técnicos. A disponibilização desse espaço ocorrerá em regime de cessão exclusiva e de acesso privativo aos servidores da UOPA enquanto durar o contrato.

6.1.9. Disposições gerais

6.1.9.1. Os serviços técnicos de manutenção e suporte aeronáuticos citados anteriormente deverão ser prestados no aeroporto internacional de Brasília (SBBR) ou na sede da contratante. Para tanto, deverá disponibilizar hangaragem, sempre que solicitado, para o helicóptero PR-EBQ, tendo em vista a operação e a prestação dos serviços serem concomitantes e ininterruptos, exigindo em alguns casos o pernoite da aeronave, além de uma sala para a tripulação da UOPA e, quando necessário, uma sala VIP para a espera, quando o embarque de autoridades for realizado no aeroporto, conforme especificações abaixo:

O espaço físico disponibilizado no hangar deverá ser ao abrigo do sol, da chuva, protegido contra as intempéries, ser segurado contra eventuais sinistros e proporcionar deslocamento fácil para a área de operação e decolagem.

Este hangar, descrito no subitem anterior, poderá ser próprio, locado por meio de contrato junto à empresa de administração aeroportuária ou, ainda, sublocado por meio de contrato com empresa que possua contrato de locação com a administração aeroportuária (contrato de interveniência), desde que a atividade de manutenção prevista neste Termo de Referência possa ser realizada com a autorização emitida por esta e não onere o contrato.

A hangaragem deve suprir atendimento aos passageiros e à aeronave durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

Considera-se abrangida no serviço de suporte aeronáutico, quando necessária, a disponibilização de veículo para transporte da tripulação e passageiros entre os terminais do aeroporto e o hangar para os terminais do aeroporto durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme exigências da FAB, da Inframérica ou de outra concessionária responsável pela administração do aeroporto;

Como a cobertura de Apoio Técnico Operacional abrange serviços de pré, inter e pós-voo, atenção e outros de assessoria técnica à operação, o fato de serem todos em um mesmo local, otimizará os custos com recursos humanos e ampliará a segurança para a atividade;

A responsabilidade pela limpeza e conservação dessas salas também deverá ser da contratada, não podendo onerar o contrato.

A execução dos serviços de manutenção aeronáutica deverá ser realizada diretamente pela contratada, sendo vedada a intermediação de mão de obra ou a simples disponibilização de profissionais por terceiros, sem vínculo contratual direto com a contratada.

7. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

7.1. SUBCONTRAÇÕES DOS SERVIÇOS DE TERCEIROS

7.1.1. A subcontratação possui caráter excepcional e não poderá abranger a atividade-fim do contrato.

7.1.2. A subcontratação será admitida exclusivamente para serviços especializados que não possam ser executados diretamente pela contratada, desde que devidamente justificados e previamente autorizados pela UOPA.

7.1.3. A subcontratação existe para cobrir serviços especializados em caráter excepcional, sendo sua aplicabilidade secundária, ou seja, quando a contratada não possui homologação para tanto pelo caráter eventual e complexo da demanda.

7.1.4. Vale comentar que a subcontratação se justifica em razão da complexidade e da tecnicidade dos serviços de manutenção aeronáutica que abrangem uma gama de outros serviços e bens necessários para sua completa execução, os quais, diante da especialidade, não podem ser prestados por uma única empresa. Um exemplo disso é a revisão do *starter* gerador do helicóptero, o qual a maioria das empresas de manutenção não realiza, por exigir uma especialidade maior, exigindo para tanto de um terceiro técnico prestador, de serviço de transporte/remessa do componente, de seguro e outros.

7.1.5. Caso seja necessária a subcontratação de serviços de terceiros, serão apresentados previamente pela contratada 03 (três) orçamentos, contendo os preços (estimado e definitivo) para sua respectiva aprovação pelo DETRAN-DF, excetuando-se aquele que, comprovadamente, só tenha um fornecedor ou aqueles em que a sua formulação seja economicamente inviável, tudo devidamente justificado.

7.1.6. Para o faturamento dos serviços subcontratados será utilizada a taxa de conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, (se realizados através de empresas estrangeiras) com base na sua cotação de venda, referente à do dia anterior ao do faturamento, conforme tabela liberada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os valores dos serviços subcontratados, serão aplicados os tributos incidentes na operação, de acordo com as bases de cálculo e alíquotas vigentes na data do faturamento.

7.1.7. Reparos Subcontratáveis

7.1.7.1. Essa subcategoria abrange a subcontratação de empresas para que realizem os serviços de reparos de componentes, não realizados diretamente pela contratada.

7.1.7.2. A frequência e periodicidade destes serviços dependem dos eventos de panes que venham a ocorrer, as quais não podem ser especificamente previstas, por se tratar de situações futuras e imprevisíveis, porém, devem ter valores provisionados, pois, se ocorrerem, provocarão a indisponibilidade da aeronave e a interrupção do serviço.

7.1.7.3. Os reparos subcontratáveis serão custeados pelas Subcontratações de Serviços de Terceiros e caberão ainda as cobranças dos custos Administrativos, Operacionais e Logísticos pela contratada, conforme dispositivos próprios elencados no Termo de Referência.

7.1.7.4. Os serviços subcontratados obedecerão às disposições previstas no item relativo à Metodologia da Execução Contratual do presente Termo de Referência, observando a vedação da subcontratação integral do objeto contratual.

7.1.8. Revisões Subcontratáveis

7.1.8.1. Essa subcategoria abrange a subcontratação de empresas para que realizem os serviços de revisão de componentes, não realizados diretamente pela contratada.

7.1.8.2. A frequência e periodicidade destes serviços estarão previstas em manual.

7.1.8.3. As revisões subcontratáveis serão custeadas pelas Subcontratações de Serviços de Terceiros e caberão ainda as cobranças dos custos Administrativos, Operacionais e Logísticos pela contratada, conforme dispositivos próprios elencados no Termo de Referência.

7.1.8.4. Os serviços subcontratados obedecerão às disposições previstas no item relativo à Metodologia da Execução Contratual do presente Termo de Referência, observando a vedação da subcontratação integral do objeto contratual.

7.1.9. Outros Serviços Subcontratáveis

7.1.9.1. Essa subcategoria abrange a subcontratação de empresas ou pessoas, que realizem outros serviços necessários à manutenção/ conservação da aeronave, não definidos anteriormente e autorizados pela contratante, a exemplo de serviços de gráficas

(atinentes à aviação), atualização de mapas, GPS, softwares e aplicativos, confecção de diários de bordo e de manutenção, higienização sanitária especializada dentre outros.

7.1.9.2. Constitui hipótese de subcontratação excepcional, a despesa com capacitação e treinamentos técnicos aos integrantes da UOPA, quando estes tiverem relação direta com a manutenção da aeronave ou forem necessários para o desempenho e a manutenção da segurança de qualquer das atividades abrangidas na contratação ou mesmo das missões operacionais do órgão, destinado a pilotos, operadores aerotáticos e mecânicos de aeronaves. Essa hipótese está sujeita à aprovação e deliberação prévia do executor do contrato.

7.1.9.3. A hipótese acima não abará despesas suplementares além dos relacionados ao treinamento propriamente, como o custeio com passagens aéreas, ajudas de custo ou diárias, se aplicáveis.

7.1.10. Disposições Aplicáveis às Subcontratações

7.1.10.1. A subcontratação envolve: acessórios da aeronave, pás e acessórios de pá, equipamentos elétricos e seus acessórios, instrumentos e rádio, equipamentos aviônicos e acessórios, serviços especializados, capotaria, seguro para traslado de peças e componentes, pagamento para depósito, armazenagem, despachantes alfandegários, frete de material, capacitação e outros não definidos no Certificado de Organização de Manutenção da contratada mas que se relacionam com as necessidades da contratante ou com o objeto do contrato.

7.1.10.2. A subcontratação por parcela não executável trata-se de exceção à prestação dos serviços, logo, a contratada não poderá transferir para terceiros partes relevantes do objeto do contrato sem justificativa razoável, dos quais está autorizada a realizar.

7.1.10.3. Para subcontratar serviços, em caráter excepcional, a contratada deverá apresentar, previamente, no mínimo, 03 (três) propostas orçamentárias referentes aos serviços a serem realizados por terceiros, salvo se justificada a impossibilidade. Cabe ao executor do contrato analisar as propostas apresentadas e autorizar a realização da despesa referente à subcontratação.

7.1.10.4. A subcontratação exige autorização prévia do executor do contrato, obedecidos aos critérios estabelecidos no presente Termo de Referência, pautando-se pela melhor proposta para a Administração Pública e, sempre que possível, pelas regras aplicáveis ao mercado aeronáutico.

7.1.10.5. As empresas subcontratadas para reparos ou locação de componentes deverão possuir, se aplicável, a homologação perante a autoridade aeronáutica e cumprir todas as demais exigências técnicas aplicáveis ao serviço.

7.1.10.6. Os custos referentes ao transporte e seguro dos componentes que a contratada terá de suportar para realizar o serviço por meio de subcontratação, serão repassados à contratante e constarão em fatura, conforme previsão no Termo de Referência;

7.1.10.7. A empresa subcontratada deve estar de acordo com a legislação em vigor, a saber, o art. 117, inciso 4 da lei 14.133/ 2021:

§ 4º Na hipótese da contratação de terceiros prevista no **caput** deste artigo, deverão ser observadas as seguintes regras:

I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

II - a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

7.2. SERVIÇO DE LOCAÇÃO

7.2.1. Essa subcategoria abrange a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas, que realizem a locação de componentes.

7.2.2. Na locação, a empresa contratada deverá intermediar o procedimento junto a terceiros para substituir, temporariamente, os componentes do helicóptero da contratante que, eventualmente, estiverem avariados ou vencidos, durante o período dos serviços, a fim de prover a disponibilidade para a missão da UOPA. Neste caso, os custos de locação dos componentes serão cobertos pelo serviço de locação e os custos dos serviços da empresa contratada referentes a contratação e ao transporte segurado da(s) peça(s) e componente(s) serão cobertos pelos custos logísticos, operacionais e administrativos e obedecerão as demais disposições definidas no Termo de Referência.

7.2.3. A frequência e periodicidade destes serviços dependem dos eventos ocorridos, os quais não podem ser especificamente previstas, por se tratar de situações futuras e imprevisíveis, porém, devem ter valores provisionados, pois, se ocorrerem, provocarão a indisponibilidade da aeronave e a interrupção do serviço. Ou seja, somente no caso concreto e após a análise da urgência das missões exigidas pela Direção Geral do DETRAN-DF é que o executor do contrato poderá, ouvido o Chefe da UOPA, avaliar e autorizar a locação, em caráter precário, de componentes.

7.2.4. Por ocasião da locação será providenciado um Termo de Responsabilidade, que tratará da locação, devidamente reconhecidas às cláusulas e termos pelo titular do contrato e onde já estão pré-pactuadas as responsabilidades relativas à locação que a empresa contratada vier a assumir perante terceiros proprietários de componentes, sendo que poderá transferir à contratante apenas as que ocorrerem em virtude da operação.

7.2.5. A locação de componentes obedecerá às disposições previstas no item relativo à Metodologia da Execução Contratual do presente Termo de Referência.

7.3. SERVIÇO DE AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE INSUMOS

7.3.1. Consideram-se insumos para a presente contratação, todas as peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, suprimentos, outros bens materiais e demais consumíveis essenciais para a presente contratação, exceto os classificados como consumíveis e descartáveis.

7.3.2. Os itens consumíveis e descartáveis aludidos, que são os materiais utilizados ou gastos durante as remoções e/ou instalações de peças, componentes e acessórios, bem como na realização de serviços de limpeza e conservação das aeronaves, tais como: graxas, spray limpa contatos, desengraxante, álcool, massa para polimento, cera para polimento, sabão, limpa inox, fita adesiva, panos de limpeza, estopa e flanelas, luvas, abraçadeiras, arames de freio, dentre outros, estão inclusos na despesa de Apoio técnico Operacional, não havendo cobranças a parte, compreendendo todos os itens de consumo, necessários para as atividades da equipe técnica quando da realização dos serviços de manutenção, mas que não sejam componentes controlados de aplicação na aeronave, nem considerados na despesa de insumos.

- 7.3.3. O DETRAN-DF será responsável pelo fornecimento das peças, componentes e acessórios para reparo da aeronave, uma vez que possui o contrato 07/2024 com empresa que prevê a prestação de serviços de manutenção aeronáutica nível “D”, ou superior, com fornecimento de componentes, peças, acessórios e ferramentas especiais (na modalidade de compra simples ou troca “exchange” - standard), locação em caráter extraordinário de componentes, bem como atualização de componentes, conjuntos e acessórios; e também o contrato 10/2024 com empresa para prestação de serviços de manutenção de 3º nível preventiva, corretiva e curativa de motores a reação dos helicópteros tipo Esquilo – AS 350 B2, habilitada no ramo de engenharia mecânica com registro no CREA, de ampla cobertura na modalidade de pagamento por Suporte por Hora de Voo (SBH - Support by the Hour), do motor Safran modelo Arriel 1D1.
- 7.3.4. Caberá à contratada fornecer apenas os insumos (peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, outros bens e demais consumíveis essenciais para a presente contratação) que não estejam englobados nos contratos descritos acima.
- 7.3.5. O preço dos insumos será o que estiver publicado como sendo o “*price list*” do fabricante ou, quando não definido, conforme disposto no subitem a seguir:
- 7.3.5.1. A Contratada deverá apresentar no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, previamente para aprovação, três (03) orçamentos com validade mínima de 60 (sessenta) dias, constando à relação de valores estimados dos insumos, quando solicitado pela Contratante.
- 7.3.5.2. Em caso de impossibilidade de obtenção do número mínimo acima apontado, a contratada deverá apresentar justificativa a qual será analisada previamente pelo executor do contrato designado pela UOPA, devendo o de menor valor ser acolhido, se considerado exequível, respeitando-se as necessidades operacionais.
- 7.3.6. Todas as peças, materiais e acessórios nacionais ou estrangeiros que forem utilizados na execução dos serviços de manutenção da aeronave da UOPA deverão estar acompanhados de documentação comprobatória da sua rastreabilidade, ficando a empresa Contratada responsável pela sua qualidade e por todas as despesas relacionadas com a garantia de cada item, sem qualquer ônus para a Contratante.
- 7.3.7. Todas as peças, materiais e equipamentos aplicáveis deverão ser originais e/ou homologadas para a aeronave objeto desta contratação, com as respectivas documentações de rastreabilidade, ou seja, apresentando o respectivo certificado de conformidade, formulário SEGVOO, FAA FORM, EASA FORM ou respectivo. Doravante, a empresa deverá entregar à UOPA, juntamente com a fatura, os comprovantes da origem das peças, materiais e equipamentos para arquivo de rastreamento.
- 7.3.8. Para a aquisição de peças, materiais e equipamentos da própria empresa, esta deverá apresentar o orçamento prévio com validade mínima de 60 (sessenta) dias contendo a relação das peças, materiais e equipamentos, já incluídos todos os custos de fretes, taxa, impostos ou quaisquer outros custos incidentes. A proposta deverá ser renovada a cada vencimento ou a pedido do executor.
- 7.3.9. Para o pagamento das peças que a empresa disponha em estoque, a taxa de conversão cambial em relação ao dólar ou outra moeda estrangeira a ser aplicada, deverá ser a do dia anterior ao da emissão da nota fiscal.
- 7.3.10. A UOPA não aceitará orçamentos em que forem verificados, mediante pesquisa de preços, valores incompatíveis com praticado pelo mercado.
- 7.3.11. Os prazos previstos para execução dos serviços poderão ser prorrogados, com a concordância da UOPA, caso não haja disponibilidade de peças para a aplicação imediata, desde que devidamente justificado pela empresa.
- 7.3.12. O valor das peças, componentes e acessórios terá como referência a lista atualizada de preços do fabricante (*PRICE LIST*) e deverá ser fornecida pela contratada. Sempre que a lista for reajustada pelo fabricante, a contratada deverá comunicar o executor, remetendo uma versão da lista atualizada.
- 7.3.13. As peças, componentes e equipamentos devem estar acompanhados da documentação aplicável, conforme exigência da autoridade aeronáutica brasileira. Os itens deverão ser remetidos juntamente com a Etiqueta de Aprovação de Aeronavegabilidade (Formulário SEGVOO 003) devidamente preenchido de acordo com a Instrução de Aviação Civil – IAC 3149, com a Ficha Matrícula de Equipamento (Log Card), Certificado de Conformidade emitido pelo fabricante, ou documentações correlatas, se aplicáveis. Em todos os casos, os componentes deverão ser remetidos com a correspondente Nota Fiscal de remessa.
- 7.3.14. A empresa deverá, sempre que solicitada, disponibilizar, fornecer e instalar todas as peças de reposição, originais ou genuínas, necessárias à manutenção corretiva e preventiva da aeronave.
- 7.3.15. É vedada a utilização de profissionais por meio de intermediação de terceiros que configure mera cessão de mão de obra, sem responsabilidade técnica direta da contratada.

7.4. **CUSTOS LOGÍSTICOS, OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS**

- 7.4.1. Os custos logísticos, operacionais e administrativos são usualmente praticados no mercado aeronáutico brasileiro e visam remunerar a contratada nas subcontratações ou nos serviços de aquisições e fornecimentos de insumos.
- 7.4.2. De outra forma, podemos dizer que é o valor pago à contratada, a fim de remunerar seus serviços administrativos, operacionais e logísticos, toda vez que houver a contratação de serviços realizados por terceiros, intermediação de uma aquisição, locação ou socorro fora de base.
- 7.4.3. Tais custos não se tratam exclusivamente de taxa administrativa, mas sim de repasse de custos administrativos, operacionais e logísticos resultantes de eventuais transações a serem realizadas pela empresa para atendimento do contratante, além do que tais repasses cobrirão despesas com a utilização dos recursos logísticos e humanos da empresa para adquirir insumos, custos de fretes nacionais e/ou internacionais, desembaraços alfandegários, seguros de transporte de componentes, entre outros custos de atividades administrativas e logísticas a serem desembolsados pela contratada.
- 7.4.4. A empresa contratada repassará os custos logísticos e administrativos, conforme tabela abaixo, cujos procedimentos para execução estão melhor explicados no item Metodologia da Execução Contratual deste Termo de Referência.

Custo Administrativos, Operacionais e Logísticos	
Valor do serviço subcontratado ou insumo (conforme <i>price list</i> ** ou pesquisa de preço)	Percentual aplicável*
Custos para transações nacionais, exceto serviços de terceiros.	10%

Custos para transações internacionais, exceto serviços de terceiros.	20%
Serviços de terceiros (subcontratáveis)	10%
Para aquisições ou serviços acima de R\$ 100 mil (sem incidência de tributos), internacionais, ao valor que ultrapassar esse limite, será pago um percentual único.	10%

* Percentuais não aplicáveis aos socorros fora de base

**Como a maioria dos insumos são taxados em moeda estrangeira, a taxa cambial (câmbio) a ser considerada será a vigente no dia útil imediatamente anterior à data do orçamento.

7.4.5. É importante ressaltar que a tabela citada busca um equilíbrio na relação contratual uma vez que estabelecer um percentual único incidirá em prejuízo para a Administração Pública quando os valores forem de grande numerário.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. A Contratada deverá possuir oficina própria homologada, com ferramental específico disponível permanentemente, conforme Regulamento Brasileiro da Aviação Civil – RBAC nº 43, 91 e 145 da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

8.2. Deverá possuir sala específica para baterias e recarga, dotada de equipamentos de inspeção e manutenção, os quais deverão permanecer disponíveis em caráter contínuo.

8.3. Sustentabilidade

8.3.1. A Contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º, da Lei Distrital n.º 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, com vistas à convergência ao art. 2º do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, a fim de estabelecer a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

8.3.2. Para atendimento aos termos da Lei Distrital n.º 4.770, de 2012, o licitante pode apresentar documento probatório de que possui compromisso com a Sustentabilidade Ambiental, que poderá ser feito da seguinte forma:

8.3.2.1. Por Declaração, onde a licitante afirma possuir o compromisso e responsabilidade com a sustentabilidade ambiental, nos termos das exigências impostas pela Lei Distrital n.º 4.770, de 2012; ou

8.3.2.2. Com a apresentação de documento probatório (atestado, declaração, certificado, registro, credenciamento, etc.) emitido por órgãos Públicos de qualquer ente da Federação que tenha competência legal na área ambiental que o produto ofertado, comercializado, ou o fornecedor, distribuidor ou fabricante está devidamente cadastrado, registrado, etc. no respectivo órgão; ou

8.3.2.3. Com a apresentação de documentos que o fornecedor está em fase de implantação de práticas sustentáveis, informando, no referido documento, quais são as práticas já implantadas e quais as metas pretendidas a atingir na questão da sustentabilidade ambiental.

8.3.3. No caso do licitante apresentar os documentos comprobatórios, poderá ser designada pelo DETRAN-DF, uma Comissão de Avaliadores que, juntamente com o agente de contratação, poderá inspecionar/vistoriar o estabelecimento ou o ponto comercial do licitante, a fim de verificar as informações e declarações apresentadas.

8.3.4. Caso seja detectado pelos inspetores/avaliadores que as informações declaradas pelo licitante não sejam verdadeiras, ou que esteja de má-fé, serão tomadas as medidas administrativas, e se for o caso, penais, cabíveis ao caso.

8.4. Participação de consórcio

8.4.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que os materiais a serem adquiridos são amplamente comercializados por diversas empresas no mercado aeronáutico. Tal permissibilidade poderia causar dano à Administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

8.4.2. A formação de consórcio é exigida em situações que envolvem questões de alta complexidade, o que não é aplicável neste caso. Permitir tal possibilidade poderia acarretar prejuízo à Administração, ao comprometer o caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

8.4.3. Dessa forma, não será vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação e para o cumprimento do contrato celebrado com o Governo do Distrito Federal (GDF).

8.5. Da participação de Sociedade Cooperativa

8.5.1. A participação de cooperativas não será permitida, pelo modo como o presente objeto é usualmente praticado no mercado em geral, bem como, a frequência habitual da prestação do serviço que será executado pela Administração, conforme a Súmula nº. 281 do Tribunal de Contas da União:

"É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade."

8.6. Exigência de carta de solidariedade ou prova de representação

8.6.1. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor de serviços e insumos específicos, será exigida uma carta de solidariedade emitida pelo fabricante ou outra prova de representação, que assegure a execução do contrato.

8.7. Garantia da contratação

8.7.1. A Contratada no prazo de 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% do valor do contrato, de acordo com artigos 98, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 podendo optar por qualquer das modalidades previstas no § 1º do Art. 96, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021:

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

Caso a opção seja seguro-Garantia o prazo será de 30 (trinta) dias da data da homologação da licitação no que define o § 3º do mesmo artigo.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo

8.8. Tratamento Preferencial para ME e EPP

8.8.1. Por força do que dispõe o art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte terão tratamento favorecido e diferenciado, obedecendo ao rol do parágrafo único do art. 2º da Lei Distrital no 4.611/2011, alterado pela Lei nº 4.692/ 2011, em consonância com o disposto na legislação federal, para os fins desta Lei

8.9. Da Vistoria

8.9.1. As empresas interessadas poderão fazer um reconhecimento na aeronave do DETRAN-DF, em suas cadernetas de célula e motor, bem como no local de operação, antes da apresentação das propostas, a fim de tomar conhecimento sobre a extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da execução, bem como se cientificarem de todos os detalhes necessários à perfeita execução dos serviços, em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas do Distrito Federal (Decisões 1.443/2011, 3.119/2011 e 4.117/2011 do TCDF).

8.9.2. Tal vistoria visa a oferecer o maior conhecimento da aeronave a ser mantida para melhor elaboração da proposta e é de caráter facultativo, porém, a empresa licitante declara de antemão ter pleno conhecimento das características e condições da aeronave, antes da apresentação de sua proposta, uma vez que o objeto do contrato pressupõe o atendimento integral a esta aeronave, independentemente do volume de serviços e estes são diretamente proporcionais ao estado, tempo e regime de uso da aeronave.

8.9.3. A proponente deverá apresentar, juntamente com os documentos da proposta, Declaração de Vistoria realizada ou Declaração de que se Abstém da visita técnica e conhece todos os detalhes técnicos em relação a execução do serviço.

8.9.4. As empresas interessadas em vistoriar o local de execução dos serviços objeto dessa contratação, deverão entrar em contato com a Unidade de Operação Aérea (UOPA), por meio dos telefones (61) 2104-1040.

8.9.5. Para evitar intercorrências decorrentes da alteração do endereço da aeronave, o licitante deverá entrar em contato com a UOPA, previamente, para confirmação do local e agendamento da vistoria.

8.9.6. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

8.9.7. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante deverá estar devidamente identificado e, se aplicável, munido do competente instrumento de procuração.

8.9.8. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.9.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Da Forma e prazo de execução

9.1.1. Para a correta execução contratual, a contratada deverá atender às solicitações de prestação de serviço, aplicação ou fornecimento de insumos (peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, outros bens e demais consumíveis) ou de locação de componentes dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

9.1.2. É vedado à contratada e à eventual subcontratada deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação, deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério ou a conclusão sob sucessivas prorrogações sem fundamento técnico justificante.

9.1.3. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.2. Serviços de Natureza Corretiva

9.2.1. Em caso de discrepâncias (panes), a empresa deverá intervir no tempo máximo de 02 (duas) horas após a comunicação do evento ou falha no helicóptero no território do Distrito Federal, e em até 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação, caso esteja fora do território do Distrito Federal, e para tanto deverá apresentar pelo menos um mecânico de manutenção aeronáutica, devidamente habilitado, para ir ao local onde se encontra a aeronave e tomar as providências cabíveis para a solução do problema.

9.2.2. A partir da data do evento de discrepância constatada no helicóptero ou de quaisquer componentes relacionados ao mesmo, a contratada deverá apresentar orçamento em, no máximo, 03 (três) dias úteis, relacionando todos os serviços e materiais necessários para sanear o problema.

9.2.3. Em caso de solicitação referente à prestação de serviços com ou sem aplicação de insumos ou de locação de componentes de caráter corretivo, do tipo *AOG (aircraft on ground)*, ou seja, quando a aeronave estiver impedida de voar por necessidade de manutenção corretiva ou aplicação de componentes, a contratada terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da aprovação do devido orçamento pelo Executor do Contrato, para o início da prestação do serviço ou para a entrega do componente locado, ou a devida justificativa para não fazê-lo, caso não haja disponibilidade do determinado componente no Brasil. Nesse caso, poderá, a

critério da contratante, ser acrescido o tempo necessário para a importação do referido componente, comprovado mediante emissão de ordem de compra dentro do prazo estipulado acima.

9.2.4. Quando a solicitação for de prestação de serviço com ou sem aplicação de insumos ou de locação de componentes de caráter corretivo, **do tipo não AOG**, a contratada terá o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir da aprovação do devido orçamento pelo Executor do Contrato, para o início da prestação do serviço ou para a entrega do componente locado, ou a devida justificativa para não fazê-lo, caso não haja disponibilidade do determinado componente no Brasil. Nesse caso, poderá, a critério da contratante, ser acrescido o tempo necessário para a importação do referido componente, comprovado mediante a emissão da ordem de compra dentro do prazo estipulado acima.

9.2.5. Em qualquer caso, a manutenção não se estenderá por prazo superior a 15 (quinze) dias corridos, iniciando a contagem a partir da data a qual deveriam se iniciar os serviços.

9.2.6. Caso, em virtude de condição excepcional, a contratada verifique que extrapolará os prazos informados acima, deverá apresentar, em até 24 (vinte e quatro) horas, relatório fundamentado, informando a contratante dos motivos do atraso, solicitando prazo suplementar que será estabelecido pelo Executor do Contrato, ouvida a equipe técnica da UOPA. Admite-se a comunicação via e-mail, desde que o recebimento seja acusado eletronicamente pelo executor do contrato.

9.3. **Serviços de Natureza Preventiva**

9.3.1. Mediante comunicação formal do Executor do Contrato à contratada ou mesmo após o controle técnico e planejamento realizado pela própria contratada quanto às inspeções e manutenções programadas a vencer, será agendado o serviço requerido conforme detalhamento nos itens subsequentes.

9.3.2. O prazo se iniciará quando autorizado o início dos serviços pelo executor do contrato ou seu suplente, mediante comunicação formal. Portanto, a contratada não tem autonomia para iniciar os serviços, mesmo que de pequena monta ou de natureza simples, sob pena de invalidar as operações aéreas do órgão;

9.3.3. O prazo máximo para atendimento de solicitações para inspeções programadas até 300 horas, com a entrega da aeronave em condições normais de operação, deverá ser de 10 (dez) dias úteis;

9.3.4. O prazo para realização de inspeções acima de 300 horas deverá ser de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos. Estes tipos de inspeções monitoram a condição dos componentes e sistemas por meio de ensaios funcionais, inspecionam o estado dos componentes que têm um impacto direto sobre a aeronavegabilidade do helicóptero, ou seja, é destinado a verificar o estado geral do helicóptero por meio de cheques detalhados visuais dos sistemas e equipamentos (sem distorção, falha, rachaduras, arranhões, corrosão, sinais de aquecimento, desgaste, impactos, etc.);

9.3.5. O prazo para realização do serviço de manutenção visando a emissão do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA) deverá ser de 03 (três) dias corridos. Este tipo de inspeção deve ser realizada anualmente e visa demonstrar à autoridade aeronáutica que a aeronave: está com a sua documentação correta; está de acordo com o projeto de tipo aprovado; está com todas as grandes modificações e grandes reparos baseados em dados técnicos aprovados; está em conformidade com todas as Diretrizes de Aeronavegabilidade aplicáveis; e tem sido corretamente mantida por empresas homologadas de acordo com um programa de manutenção/inspeção previsto;

9.3.6. Caso, em virtude de condição excepcional, a contratada verifique que extrapolará os prazos informados acima, deverá apresentar, em até 02 (dois) dias corridos, relatório fundamentado, informando a contratante dos motivos do atraso, solicitando prazo suplementar que será estabelecido pelo Executor do Contrato, ouvida a equipe técnica da UOPA. Admite-se a comunicação via e-mail, desde que o recebimento seja acusado eletronicamente pelo executor do contrato.

9.4. **Fornecimento de insumos sem serviço relacionado**

9.4.1. Após o recebimento de solicitação formal por parte do Executor do Contrato, a contratada deverá providenciar a entrega dos insumos aeronáuticos requisitados (incluindo peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, outros bens e demais consumíveis) em um prazo máximo de 03 (três) dias úteis para bens nacionais ou 07 (sete) dias úteis para bens a serem importados.

9.4.2. Os insumos deverão possuir certificado junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), quando couber, e estarem de acordo com a legislação e/ou normas aeronáuticas vigentes, em consonância com o art. 42, da lei federal 14.133, de 2021.

9.4.3. Os insumos entregues sem a respectiva aplicação na aeronave ou qualquer serviço relacionado devem ser acompanhados do respectivo termo de garantia e rastreabilidade, quando for o caso, a serem entregues conforme definido no presente Termo de Referência.

9.4.4. Caso, em virtude de condição excepcional, a contratada verifique que extrapolará os prazos informados acima, deverá apresentar, em até 02 (dois) dias úteis, relatório fundamentado, informando a contratante dos motivos do atraso, solicitando prazo suplementar que será estabelecido pelo Executor do Contrato, ouvida a equipe técnica da UOPA. Admite-se a comunicação via e-mail, desde que o recebimento seja acusado eletronicamente pelo executor do contrato.

9.5. **Outros serviços contratados**

9.5.1. Todos os serviços não tratados anteriormente terão prazo a ser definido entre as partes contratantes, obedecidas as condições de fornecimento aplicáveis em cada caso, não podendo extrapolar os prazos definidos na legislação consumerista.

9.5.2. Com vistas à preservação da segurança operacional e de voo, o executor do contrato poderá prorrogar todos os prazos definidos no contrato quando entender que a celeridade e a limitação temporal para execução da manutenção poderão afetar a regularidade, a qualidade ou segurança dos serviços, em conformidade com o previsto no artigo 87 do CBAer. Todavia, este deverá comunicar a autoridades do órgão acerca da decisão de prorrogação, apresentando as razões que a fundamentaram.

9.5.3. Após o término de prestação do serviço, a aeronave será recebida e conferida pelo Executor do Contrato e/ou por técnico designado, para certificar a correta realização do serviço.

9.5.4. Os serviços poderão ser realizados em qualquer horário ou dia da semana, obedecidos eventuais acréscimos descritos no presente Termo de Referência para serviços fora do horário de expediente, em finais de semana ou feriados.

9.5.5. É importante esclarecer que constitui prerrogativa do Executor do contrato exigir o início da execução dos serviços descritos acima, mesmo que em datas e horários diversos do funcionamento comercial da oficina da contratada, obedecendo, no entanto, os prazos já delimitados, a fim de apressurar a disponibilidade da aeronave ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

9.6. Local de prestação dos serviços

9.6.1. A prestação dos serviços de Apoio Técnico Operacional, suporte aeronáutico e administrativo para os serviços especializados se darão, em regra, na sede, filial ou credenciada da contratada no aeroporto internacional Juscelino Kubistchek em Brasília (SBBR) ou em outro local dentro do Distrito Federal, desde que apresente as mesmas condições técnicas elencadas no edital, a exemplo da superveniência de um aeródromo semelhante ao aeroporto internacional Juscelino Kubistchek em Brasília (SBBR).

9.6.2. Em caso de programas de manutenção de pequena monta e que não necessitam de ferramentas específicas ou serviços complexos, considera-se, preferencialmente, local para a prestação dos serviços a sede da Unidade de Operação Aérea (UOPA), localizada no Setor de Hangares no aeroporto internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília - DF, ou onde estiver a aeronave, desde que previamente acordado com o executor do contrato.

9.6.3. Para efeito de valoração dos serviços, são consideradas bases para o presente contrato todo o Distrito Federal, em especial a sede e as filiais da contratada no aeroporto internacional de Brasília - DF (SBBR) e a sede da UOPA. Diante disso, consideram-se fora de base, todos os serviços e manutenções executadas fora dos limites territoriais do Distrito Federal.

9.6.4. Excepcionalmente, de acordo com a necessidade técnica de ferramentas especiais, para uma intervenção de grande monta ou envolver operações complexas de montagem, mediante aquiescência da Contratante, obedecendo às exigências técnicas e aeronáuticas, os serviços de manutenção poderão ser realizados na sede ou filial da contratada fora do Distrito Federal, em virtude de condições mais apropriadas e seguras para a sua realização, conforme prevê a legislação aeronáutica.

9.6.5. A excepcionalidade da realização dos serviços em local fora do Distrito Federal, consentido no item anterior, exige a certificação das autoridades aeronáuticas para execução dessa atividade, ainda que em outra base da contratada. Nesse caso, o contratante poderá autorizar a realização dos serviços, desde que comprovada a necessidade mediante justificativa prévia e fundamentação técnica ao gestor do contrato. A recusa da autorização por parte do gestor do contrato não obsta eventuais recursos administrativos à autoridade gestora do órgão.

9.6.6. Nesse caso, a Contratada deverá cumprir as posturas do Município e as disposições legais, Estaduais e Federais, que interfiram na execução do serviço, bem como se responsabilizar por todas as documentações e autorizações prescritas nas legislações aeronáuticas.

9.6.7. Para o caso de socorro fora de base, considera-se local de prestação do serviço de socorro o local onde se encontrar a aeronave (desde que fora do Distrito Federal).

9.6.8. Justifica-se a adoção dos limites do Distrito Federal para a prestação dos serviços elencados no presente Termo de Referência, uma vez que sendo mantida em Brasília -DF, a aeronave usufruirá totalmente da disponibilidade após revisões, excluindo gastos decorrentes de traslado, diárias e outras despesas com deslocamentos da tripulação, além da continuidade das operações de relevante importância para o Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

9.7. Do Recebimento do Serviço

9.7.1. Com o objetivo de verificar sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, o recebimento dos serviços prestados será realizado:

9.7.1.1. Provisoriamente, no ato do registro dos serviços na documentação da aeronave, para posterior verificação da conformidade dos serviços solicitados com as especificações exigidas pelo fabricante;

9.7.1.2. Definitivamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados a partir do recebimento do serviço, após verificação de sua compatibilidade com as especificações descritas no Termo de Referência e sua consequente aceitação mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes.

9.7.1.3. Se houver erro na Nota Fiscal/Fatura, ou qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso, não podendo a Contratada interromper a execução dos serviços até o saneamento das irregularidades.

9.7.1.4. Os serviços que forem entregues em desacordo com o especificado deverão ser substituídos pela contratada em até 05 (cinco) dias e o seu descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto no Edital e na legislação vigente.

9.7.1.5. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da licitante vencedora, não incidirá sobre o DETRAN-DF qualquer encargo, inclusive financeiro.

9.7.1.6. O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço ou do bem, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

9.8. Da Garantia do objeto

9.8.1. Para os serviços executados, o prazo de garantia será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, a partir do recebimento do helicóptero ou artigo, ou 100 (cem) horas de voo dos serviços por ela executados, independentemente do local de execução.

9.8.2. Para serviços de pintura, na estrutura da aeronave, o prazo de garantia será de 03 (três) meses ou 100 (cem) horas de voo, ou o que ocorrer primeiro.

9.8.3. Para serviços subcontratados, a contratada deverá cobrir o prazo de garantia da prestadora do serviço. Ou seja, a contratada responderá pela garantia dos serviços e dos componentes aplicados por empresa subcontratada para prestar serviços eventuais de manutenção e locação de componentes subcontratados, nos mesmos prazos e condições dela exigidas.

9.8.4. No fornecimento de componentes ou materiais aeronáuticos, a contratada repassará à contratante integralmente as cláusulas de garantias dos respectivos fornecedores.

9.8.5. A contratada deverá iniciar as atividades para reparar, corrigir, remover ou substituir a título de garantia e às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de um dia útil, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções

resultantes da execução ou dos materiais empregados, a partir da constatação e comunicação oficial dos referidos defeitos.

9.8.6. O prazo máximo para a conclusão do serviço a ser realizado em garantia não poderá exceder o prazo utilizado no serviço que deu origem à garantia, exceto em casos em que a conclusão dependa de fornecimento de componentes por terceiros, mas a contratada deverá solicitar o componente dentro do prazo estipulado no presente Termo.

9.8.7. Todo e qualquer custo proveniente da administração da garantia, tais como fretes, impostos, serviços de exclusão e reposição de materiais defeituosos, despesas com deslocamento de equipes, comunicação, entre outros, será por conta e responsabilidade da contratada, sem qualquer ônus para a contratante;

9.8.8. Os produtos constantes do termo de referência terão a garantia mínima prevista no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme a Lei Federal n.º 8.078, de 1990, o qual se inicia a partir do recebimento definitivo, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pela norma citada.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de referência e de sua proposta apresentada, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

10.2. É de responsabilidade da contratada, às suas expensas, manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas no presente Termo de Referência.

10.3. Fornecer os insumos e materiais necessários, na qualidade e quantidade solicitados, mediante prévia aprovação de orçamento pelo executor do contrato.

10.4. Fornecer todos os insumos e itens de reposição a serem aplicados no helicóptero do DETRAN-DF mediante aprovação prévia do devido orçamento pelo executor do Contrato, pelo mesmo preço estipulado pelo fabricante em seu “*price list*”, quando previsto.

10.5. Atender às solicitações formais de prestação de serviço solicitadas pelo executor do contrato. Entenda-se por comunicado formal: um telefonema, um e-mail, um relatório de discrepância, um ofício ou outro meio qualquer que leve a contratada a tomar ciência da solicitação da contratante, desde que enviado pelo representante da contratante ou seu preposto.

10.6. Prestar os serviços dentro dos limites da homologação concedida pela ANAC e pelo fabricante, cumpridas as legislações pertinentes.

10.7. Arcar civil e penalmente, por todo e qualquer dano ou prejuízo que cause à Administração, por ação ou omissão, em decorrência da execução ou da inexecução dos serviços, bem como do fornecimento dos insumos, objetos deste Termo de Referência, não cabendo à Administração, em hipótese alguma, responsabilidade por danos ou prejuízos diretos e indiretos ou lucros cessantes decorrentes deste.

10.8. Empregar servidores habilitados e com conhecimentos especializados nos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e regulamentações aeronáuticas. Nessa questão, incumbe à contratada prover capacitação e atualização aos seus servidores bem como orientá-los acerca da sensibilidade e sigilo dos serviços e das informações relacionadas à presente contratação.

10.9. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do Decreto N° 7.203/2010 e Decreto GDF N° 32.751/ 2011, que dispõem sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal e do Distrito Federal.

10.10. Informar a Contratante, na pessoa do executor do contrato ou outrem por ele delegado, qualquer discrepância na prestação do serviço, para que se decida pela autorização ou não da prestação do serviço, conforme interesse/necessidade da contratante, desde que não haja comprometimento da segurança de voo e da aeronavegabilidade.

10.11. Prestar, quando solicitado, o serviço de assessoria técnica à contratante, podendo valer-se de assessoria de terceiros ou, também às suas expensas, requerer informações externas quando necessário.

10.12. Providenciar junto ao fabricante do helicóptero e do seu motor o cumprimento da garantia, conforme a necessidade, dos componentes, peças e itens aplicados na aeronave.

10.13. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, apresentando ao executor do contrato da UOPA a respectiva peça ou componente substituído, quando aplicável.

10.14. Fornecer insumos e outros materiais solicitados pelo executor, ainda que desmembrados de serviços relacionados com a aplicação deste material ou mesmo que sejam aplicados por mecânicos de órgãos colaboradores.

10.15. Permitir o acompanhamento, durante a realização da inspeção do helicóptero do executor do contrato, e se for necessário, acompanhado de 01 (um) inspetor e/ou 01 (um) mecânico e/ou 01 (um) piloto da contratante, na sua sede ou aonde quer que ocorra a inspeção preventiva ou corretiva, visando constatar o andamento dos trabalhos de manutenção.

10.16. Solicitar à contratante autorização para a subcontratação de serviços de comunicação e navegação, pintura, revisão/reparo/afiação de componentes, instrumentos e ferramentais, acessórios elétricos, mecânicos e eletrônicos da aeronave, além de outros elencados neste Termo de Referência (serviços de terceiros), mediante apresentação de orçamentos prévios, no qual conterà preferencialmente os valores discriminados e total da despesa, todo o material estimado a ser gasto, além do prazo para execução completa dos serviços, se aplicável.

10.17. Responsabilizar-se, integralmente, nos termos da legislação em vigor, acerca da emissão de nota fiscal para o pagamento dos serviços realizados, inclusive na hipótese de subcontratação, não estando a contratante responsabilizada por eventuais compromissos assumidos pela contratada com terceiros.

10.18. Assegurar que não poderá cobrar qualquer taxa ou emolumento suplementar a título de *handling* (guarda de material a ser instalado na aeronave) e de verificação de rastreabilidade dos materiais fornecidos pela Contratante, contudo esses materiais só poderão ser aplicados na aeronave da Contratante se devidamente acompanhados de documentação de rastreabilidade e caso estejam de acordo com as normas vigentes.

- 10.19. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade ou intercorrência verificada no decorrer da execução contratual.
- 10.20. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, por sua culpa ou dolo durante a prestação dos serviços, inclusive quanto aos serviços subcontratados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da contratante em seu acompanhamento.
- 10.21. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, sociais, tributários, fiscais, e comerciais, resultantes da execução do contrato, tendo em vista que, o vínculo contratual não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e DETRAN-DF.
- 10.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menores de dezesesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração Pública, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de segurança, quando for o caso.
- 10.24. Diante da indisponibilidade da aeronave coberta por este contrato, por um período superior a 10 (dez) dias, em razão da necessidade de um grande reparo ou revisão, poderá ser autorizada a realização de substituição de componentes dinâmicos sob responsabilidade da contratada, em caráter precário e a título oneroso, englobando os custos para remoção e instalação, bem como o valor de depreciação do componente substituído (por hora de voo), por um prazo específico e sob a supervisão e autorização do executor do contrato.
- 10.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, de acordo com nos paragrafo do VII do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.26. Designar por escrito, no ato do recebimento da autorização de serviços, preposto(s) que tenha(m) poder(es) para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato.
- 10.27. Apresentar todos os contatos telefônicos do preposto da contratada e de equipe técnica de plantão, se possuir, devendo, pelo menos um deles, estar disponível 24 (vinte e quatro) horas para atendimento de emergência da aeronave em contratação.
- 10.28. Identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade empregados em área comum da UOPA, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da contratante ou de seus parceiros.
- 10.29. Disponibilizar à contratante, quando solicitada, durante a execução do contrato, de forma impressa e digital, as atualizações dos manuais de manutenção de célula e de motor e de voo da aeronave do DETRAN-DF.
- 10.30. Manter entendimentos sobre eventuais problemas ocorridos na revisão geral e/ou parcial de componentes do helicóptero com os representantes técnicos do fabricante da aeronave e do seu motor, redigindo e remetendo aos mesmos relatórios de deficiência do material, em garantia ou não.
- 10.31. Efetuar registros no “Log Book” do helicóptero da UOPA e do seu motor que sofram revisão geral e/ou parcial, bem como das modificações aplicadas.
- 10.32. Auxiliar nas pesquisas de incidentes ou acidentes da aeronave, quando solicitado.
- 10.33. Assumir inteira responsabilidade pela qualidade e confiabilidade dos serviços executados, por si ou por terceiros, eventualmente, subcontratados.
- 10.34. Executar todos os serviços de manutenção aeronáutica por meio de técnico habilitado conforme as normas da ANAC.
- 10.35. Possuir seguro por responsabilidade civil e de danos à propriedade de terceiros, em sua oficina, conforme regulamentado no Código Brasileiro da Aeronáutica (Lei nº 7.565/1986), devendo a apólice ser de valor, no mínimo, o referente à aeronave EUROCOPTER AS 350 B2, previsto no *Aviation Cost Evaluator da Concklin & Dedecker* ou equivalente, e que abarque ações de responsabilidade civil, imputadas por terceiros.
- 10.36. Apresentar à contratante, quando exigido, comprovantes de pagamento de apólices de seguro contra acidentes de trabalho, do hangar e, eventualmente, qualquer outra documentação porventura exigidos para a regularidade legal e contratual.
- 10.37. Arcar, exclusivamente, com a responsabilidade por qualquer acidente devido as suas atividades sob o contrato, danos causados à Contratante e/ou terceiros, uso ilícito de patentes registradas, falhas de equipamento, bem como indenizações resultantes de atos de terceiros, que estejam em conexão com os serviços incluídos no contrato, mesmo por ocorrências que tenham lugar em vias públicas.
- 10.38. Devolver à contratante, peças substituídas no helicóptero, exceto quando se tratar de operação “exchange” ou “troca standard”, quando a peça substituída fizer parte do pagamento do novo componente, conforme deliberação do executor do contrato.
- 10.39. Atender às solicitações de prestação de serviço ou de locação de componentes, dentro dos prazos, local e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.40. Receber e autorizar em sua(s) oficina(s) diariamente os servidores lotados na UOPA, para fins de aquisição de experiência profissional, referenciada no nº 2 da letra ‘d’, do item 65.75 do RBAC Nº 65, bem como para o acompanhamento da atividades da contratada: do pré ao pós voo, do controle técnico de manutenção, da segurança, da limpeza e higienização e do zelo da aeronave, enquanto válido for o contrato, e para tanto deverá permitir o usufruto de uma sala destinada para a tripulação nos períodos de instrução. Nesta hipótese, a contratada emitirá uma declaração ou documento equivalente certificando a experiência dos servidores da contratante.
- 10.41. Realizar a capacitação e atualização em qualquer uma das áreas de conhecimento da aeronave, indicada pela contratante, dos pilotos, operadores aerotáticos e mecânicos da UOPA, emitindo para tanto um certificado ou declaração aos moldes das regulamentações aeronáuticas.
- 10.42. Disponibilizar um espaço na mesma localidade de hangaragem do helicóptero do DETRAN-DF, com uso privativo, conforme descrito na cláusula destinada à Área de Apoio deste Termo de Referência, com condições salubres, adequadas e respeitando as necessidades do órgão, considerando critérios como segurança operacional, conforto aos aeronautas e eficiência na operacionalização do helicóptero.

- 10.43. Priorizar a atenção ao helicóptero relacionado na presente contratação, no tocante aos serviços abarcados, não podendo retardar ou procrastinar a execução de tarefas, como a movimentação da aeronave para o pátio de operações ou realização de inspeção pré ou inter-voo, quando solicitado, em virtude de outras obrigações ou serviços executados a outros órgãos ou particulares no mesmo ambiente. Para tanto, a contratada deverá compreender a precedência da atividade de Segurança Pública e ou Defesa Civil, e as missões inopinadas que eventualmente exsurtem na rotina do serviço aéreo.
- 10.44. Atender às solicitações de negociação com a contratante, que se reserva ao direito de proceder em ajustes e transações com a contratada para aumento ou redução dos valores dos serviços, bem como abatimentos nos preços contratados, sempre quando de interesse da Administração, observadas as leis vigentes e o preço praticado no mercado públicos para o mesmo objeto ou similar, independente da esfera ou do ente em paradigma.
- 10.45. Os mecânicos da equipe técnica de manutenção aeronáutica, disponibilizada pela empresa para atuarem junto ao helicóptero do DETRAN-DF, deverão estar com seus Certificados de Habilitação Técnica (CHT), expedido pela ANAC, válidos, desde a assinatura até o término do contrato.
- 10.46. A contratada deverá possuir os equipamentos, materiais, ferramentas e testes necessários para desempenhar eficientemente as funções inerentes aos trabalhos que se propõe a executar, a partir da assinatura e durante a vigência do contrato.
- 10.47. Os equipamentos, materiais, ferramentas e testes requeridos devem ser de tipo tal para que o trabalho nos quais eles serão usados possam ser realizados com a devida e própria segurança, competência e eficiência.
- 10.48. A oficina deve assegurar-se de que todos os equipamentos de inspeção e de teste sejam controlados e verificados em intervalos regulares para garantir a correta calibração nos padrões estabelecidos pelo INMETRO ou fabricante do equipamento, e caso o equipamento seja importado, poderão ser usados os padrões do país de origem do mesmo.
- 10.49. Um meio adequado de controle das calibrações dos equipamentos deve ser implantado de modo a garantir que nenhum equipamento utilizado nas manutenções esteja com a data de validade de sua calibração vencida, bem como os certificados de calibração e aferição desses ferramentais deverão ser apresentados quando solicitado pelos integrantes da Contratante.
- 10.50. Os equipamentos, materiais, ferramentas e testes requeridos devem estar localizados nas instalações da oficina e sob total controle da empresa contratada, a menos que seja utilizado em atividades aonde a oficina seja autorizada a obter por contrato com terceiros pela autoridade aeronáutica. Nesse caso, a oficina é responsável pela determinação da aeronavegabilidade do artigo envolvido, a menos que o contratado seja uma oficina homologada, adequadamente qualificada para o trabalho executado.
- 10.51. A contratada deverá possuir sala específica para baterias e recarga, dotada de equipamentos de inspeção e manutenção, os quais deverão permanecer disponíveis em caráter contínuo, a partir da assinatura e durante a vigência do contrato.
- 10.52. A contratada deverá ter disponível, para uso, pelo menos uma fonte externa (*ground power unit* - GPU) de 28 Volts em Corrente Contínua com amperagem ajustável, para partidas com pelo menos 500 amperes, a partir da assinatura e durante a vigência do contrato.
- 10.53. A contratada deverá possuir manual de procedimentos para inspeção - MPI, aprovado pela autoridade aeronáutica, a partir da assinatura e durante a vigência do contrato.
- 10.54. A contratada deverá possuir uma biblioteca contendo os manuais e publicações mais recentes relativos à manutenção e aeronavegabilidade da aeronave do DETRAN-DF, bem como deverá mantê-la atualizada, a fim de realizar o Controle Técnico de Manutenção, a partir da assinatura e durante a vigência do contrato.
- 10.55. Em atenção ao RBAC nº. 145 (145.103), a contratada deverá dispor, a partir da assinatura e durante a vigência do contrato, de pelo menos um hangar, localizado no Aeroporto Internacional Juscelino Kubistchek, na cidade de Brasília/DF, com tamanho apropriado para acomodar qualquer serviço em artigos listados em suas especificações operativas, e que garanta a proteção contra fatores ambientais adversos. Além do que, deverá prover de área descoberta, para o seu uso permanente, onde possam ser executados teste e atividades relacionadas a manutenção que não exijam proteção contra as intempéries.
- 10.56. A contratada deverá obedecer todas as legislações da concessionária aeronáutica, das autoridades policiais e alfandegárias presentes no aeroporto Internacional Juscelino Kubistchek, em Brasília-DF, incumbindo do acatamento integral das regras regulatórias atinentes à sua parte e também à parte da UOPA, quando estas forem necessárias ao exercício da atividade do órgão no aeródromo.
- 10.57. Possuir departamento de segurança de voo, seção de segurança operacional, elemento credenciado ou agente de segurança de voo do quadro efetivo da empresa responsável pela promoção da filosofia de segurança operacional e prevenção de acidentes aeronáuticos.
- 10.58. Possuir Manual de Gerenciamento da Segurança Operacional (MGSO) aprovado pela ANAC, se aplicável, a qual poderá ser consultada pela equipe técnica da UOPA.
- 10.59. A contratada fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.449, de 12 de janeiro de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 10.60. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicialmente contratado, nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133/2021.
- 10.61. A contratada deverá cumprir, no que for aplicável, as disposições regulamentadas na Lei Distrital nº 6.112/2018, que versa sobre a obrigatoriedade da implantação do programa de integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública.
- 10.62. Arcar com a reposição de componentes enviados para inspeção fora de base em caso de extravio ou inutilização por dano.
- 10.63. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupções por férias, licença, falta prolongada ao serviço ou demissão de empregados.
- 10.64. Arcar com as despesas referentes a transportes aéreos e terrestres, alimentação, hospedagem e qualquer outro gasto relativo a despesas de seus profissionais.
- 10.65. A pintura das pás, da estrutura, da fuselagem e das carenagens, tudo conforme determinações do fabricante, também é de

responsabilidade da CONTRATADA, cujo serviço será orçado previamente para aprovação da CONTRATANTE.

10.66. A contratada deverá informar previamente qualquer alteração no quadro técnico de funcionários. A troca ou substituição de qualquer técnico acarretará obrigatoriamente a necessidade de comunicação prévia ao Fiscal do Contrato e apresentação de documentação comprobatória da capacitação técnica e de treinamento do novo técnico que executará os serviços previstos neste Termo de Referência, cumprindo o disposto nesta cláusula.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Efetuar o pagamento da nota fiscal/fatura da empresa contratada, após atestar a efetiva realização do serviço ou recebimento dos insumos.

11.2. Efetuar a entrega dos insumos para reparo da aeronave, nas dependências da contratada para a realização dos serviços, após a solicitação da contratada que em caso de revisões programadas deverá solicitá-las, conforme previsto neste Termo de Referência.

11.3. Acompanhar e fiscalizar os serviços, a entrega dos insumos e o recebimento da aeronave por meio do fiscal ou executor indicado pelo Chefe da UOPA ou setor responsável.

11.4. Notificar a empresa por escrito, sobre as imperfeições, falhas ou irregularidades constantes na prestação do serviço ou no fornecimento dos insumos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

11.5. Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada.

11.6. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato.

11.7. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

11.8. Permitir o ingresso de empregados da empresa onde ocorrerá a execução dos serviços requeridos, obedecidas demais regulamentações de segurança institucional.

11.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, quando necessários à prestação dos serviços.

11.10. Solicitar a substituição dos materiais que apresentarem defeitos de fabricação durante a verificação de conformidade e/ou no decorrer de sua utilização.

12. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por representante ou comissão designada, na forma dos art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e dos Decretos nº 32.598/2010 e nº 32.753/2011.

12.2. O representante da Administração, denominado executor, e os membros da referida comissão, se houver, deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. Os serviços descritos neste Termo de Referência deverão ser executados dentro dos padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulado pela fabricante da aeronave, de acordo com os Manuais da AIRBUS, bem como pela UOPA, de acordo com os procedimentos operacionais padrões do órgão.

12.4. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da empresa contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.5. O prestador do serviço poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.6. O gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento do pactuado, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na legislação.

12.7. O órgão contratante deverá monitorar constantemente o nível de qualidade e eficiência dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir, notificar ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade e rapidez exigida, respeitadas as regulamentações e demais cláusulas contratuais.

12.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

- I - Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- II - Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- III - Qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- IV - A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- V - O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;
- VI - A segurança operacional de voo; e
- VII - A satisfação do público usuário.

12.9. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Instrumento Convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. Não obstante, caso a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todo o objeto deste Termo de

Referência, a Contratante reservar-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a prestação de serviços.

12.11. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

12.12. A contratada deverá utilizar-se dos instrumentos legais de pedidos de esclarecimentos, impugnação e outros previstos na fase licitatória, para questionar eventuais (in)viabilidades técnicas sobre o objeto contratado, não podendo se declinar no curso do contrato o seu cumprimento, sob pena de inadimplemento contratual, sujeito às penalidades definidas no instrumento convocatório.

12.13. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica.

13.2. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por grupo**, em atenção ao art. 33, inc. I, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.1. O grupo será composto pelos seguintes itens, conforme tabela, item 14:

1. Serviço de Apoio Técnico Operacional;
2. Serviços Especializados necessários ao cumprimento do objeto contratual (que não são cobertos pelo Apoio Técnico Operacional):
 - Subcontratações de Serviços de Terceiros, englobam os serviços de revisão e reparos especializados de componentes, não realizados diretamente pela contratada.
 - Locação, abrange a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas, que realizem a locação de componentes.
 - Serviço de Aquisição e Fornecimento de Insumos: peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, e demais consumíveis essenciais para a presente contratação. (insumos esses que não são fornecidos dentro do item Apoio Técnico Operacional e que também não sejam fornecidos nos contratos 07/2024 e 10/2024).
 - Custos Logísticos, Operacionais e Administrativos visam remunerar a contratada nas subcontratações, locações, treinamentos ou nas aquisições e fornecimentos de insumos.

13.2.2. Para efeito de apresentação de propostas, o valor referente ao item (2) Serviços Especializados, será fixo, ou seja, não será objeto da disputa, conforme tabela do item 14.

13.2.3. Sendo assim, o item (1) Prestação de Serviço de Apoio Técnico Operacional será o único objeto da disputa.

13.2.4. As empresas participantes deverão apresentar em suas propostas o valor global do grupo, que estará considerando o somatório do valor fixo do item (2) e do valor do item (1), que será variável, conforme sua conveniência econômica para participação no certame.

13.2.5. A adjudicação dos objetos deve ser procedida por grupo único.

13.3. A proposta comercial deverá ser entregue devidamente assinada pelo representante legal da empresa, com o preço unitário de todos os itens, conforme modelo no Anexo B, incluídas todas as despesas necessárias à entrega do objeto deste termo de referência, como também, todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

13.4. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência e/ou Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no art. 59, da Lei nº 14.133/2021.

13.5. Modo de disputa

13.5.1. A opção pelo **regime "aberto e fechado"** tem como objetivo principal fomentar a transparência, a competitividade e a eficiência na aquisição do objeto.

13.5.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 200,00 (duzentos reais).

13.5.3. A adoção desse regime visa garantir, ainda, uma participação mais ampla de empresas interessadas, aumentando a concorrência no certame, promovendo maior competitividade e publicidade para atingir um valor mais econômico para Administração.

13.5.4. A obtenção da melhor proposta econômica está alinhada aos princípios que regem a administração pública e às legislações vigentes.

13.5.5. Nesse contexto, busca-se por parte das empresas a apresentação de preços mais competitivos visando destacar-se na concorrência, uma vez que a sessão pública de lances somente se finda quando os valores se estabilizam.

13.6. Aplicação da Cota Reservada

13.6.1. Não se aplica o benefício elencado nas Leis Complementares nº. 123/2006 e nº 147/2014, que versam sobre a cota reservada às microempresas e empresas de pequeno porte, em razão da complexidade do objeto, uma vez que, por se tratar de um mercado especializado e restrito, a eventual exclusividade poderá inviabilizar a execução do contrato.

13.7. Regime de Execução

- 13.7.1. O regime de execução do contrato será sob a forma de empreitada por preço global., segundo o disposto no art. 6º da Lei nº 14.133/2021.
- 13.8. **Exigências de habilitação**
- 13.8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 13.8.1.1. Comprovação jurídica
- I - Registro comercial, arquivado na junta comercial respectiva, no caso de empresa individual;
 - II - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - III - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - IV - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - V - Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, de acordo com o art. 66, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 13.8.1.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista
- I - Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
 - II - Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - III - Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante;
 - IV - Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, inclusive contribuições previdenciárias, e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de 2014;
 - V - Para as empresas com sede e/ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Receita da Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br, de acordo com art. 173, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF);
 - VI - Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
 - VII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.
- 13.8.1.3. Qualificação econômico-financeira
- I - Certidão Negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, consoante a Lei Federal n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja no prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.
 - II - Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- As empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos poderão apresentar o balanço do ultimo exercício;
- A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} & \text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO} \\ \text{LG} = & \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ & \text{ATIVO CIRCULANTE} \\ \text{LC} = & \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \\ & \text{ATIVO TOTAL} \\ \text{SG} = & \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \end{aligned}$$

Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento dos índices econômicos previstos no item anterior;

As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o item/grupo de itens cotado constante deste termo de referência.

A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

13.8.1.4. Qualificação Técnica da Contratada

Para fins de comprovação da qualificação técnica da empresa contratada e/ou do(s) seu(s) profissionais, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

1 - Declaração(ões) ou Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a execução satisfatória de no mínimo:

- 01 (uma) inspeção de 600 (seiscentas) horas;
- 01 (uma) inspeção de 24 meses para aeronave AS 350 B2, objeto deste TR.

2 - Certificado de Organização de Manutenção – COM, emitido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), nos termos do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC 145, constando, como mínimo necessário, as categorias e classes especificadas abaixo:

- Categoria Célula: Classe 3: Aeronaves fabricadas em estrutura metálica, com peso máximo de decolagem aprovado até 6018 lbf (2730 kgf) no caso de helicópteros.
- Categoria Motor: Classe 3: motores a turbina.
- Categoria Rádio:
 - Classe 1: Equipamentos de comunicação. Equipamentos de radiotransmissão e/ou recepção utilizados em uma aeronave para enviar ou receber comunicações em voo, independente da frequência da portadora ou tipo de modulação utilizado. Esta classe inclui sistemas auxiliares e sistemas de interfones da aeronave, sistemas de amplificação, dispositivos de sinalização da tripulação, elétrico ou eletrônico, e equipamentos similares.
 - Classe 2: Equipamentos de navegação.
- Categoria Instrumento:
 - Classe 1: Mecânico. Instrumentos com diafragma, tubo Bourdon, aneróide, óptico, ou instrumento acionado mecanicamente por força centrífuga, usado na aeronave ou para operar a aeronave, incluindo tacômetros, indicadores de velocidade, manômetros de pressão, bússolas, altímetros ou instrumentos mecânicos similares;
 - Classe 2: Instrumentos elétricos
 - Classe 4: Instrumentos eletrônicos
- Categoria Acessório:
 - Classe 1: Acessórios mecânicos que dependem de atrito, hidráulica, acoplamento mecânico, ou pressão pneumática para sua operação, incluindo freios de roda de aeronave, bombas acionadas mecanicamente, carburadores, conjunto de rodas de aeronave, amortecedores, unidades servo hidráulicas e equipamentos de emergência;
 - Classe 2: Acessórios elétricos que dependem de energia elétrica para sua operação, geradores, motores de partida, reguladores de voltagem, motores elétricos, bombas de combustível acionadas eletricamente, magnetos, ou acessórios elétricos similares;
 - Classe 3: Acessórios eletrônicos.
- Categoria Serviços Especializados:
 - Classe Única – Atividades específicas de execução de manutenção que a ANAC julgar procedente caso não esteja sob outras certificações de organização de manutenção, por tipo de serviço (ex.: ensaios não destrutivos, serviços de soldagem, pintura, pesagem de aeronaves, trabalhos em revestimentos de tela, serviços especializados em pás de rotores, análises de vibração e balanceamento dinâmico, análises de *performance*, serviços de tapeçaria e interiores, inspeções e testes do sistema anemométrico, inspeção boroscópica, lavagem de compressores de motores à reação, banhos galvânicos, *shot peening*, limpeza por jateamento abrasivo, inspeção por ataque ácido, inspeções/ensaios de vasos de pressão).

3 - Será exigido nos atestados a quantidade mínima de 40% (quarenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, sendo vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados (Lei nº 14.133/2021, art. 67, inciso II e §§ 1º e 2º).

13.8.1.5. Qualificação técnica dos profissionais

A contratada deve possuir Registro ou inscrição da Empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada;

Durante toda a execução do contrato, deverá possuir em seu quadro permanente de empregados uma equipe de técnicos em manutenção de equipamentos aeronáuticos, todos habilitados pela ANAC, os quais prestarão os serviços descritos no objeto deste Termo de Referência, composta de, no mínimo:

- 01 (um) Responsável Técnico, com experiência mínima de 02 (dois) anos em manutenção de aeronave AS 350 B2 objeto deste Termo de Referência, que deve possuir título – seja técnico de nível superior (tecnólogo) ou engenheiro – e

- 01 (um) Inspetor de Manutenção Aeronáutica, com experiência mínima de 02 (dois) anos em manutenção de aeronave AS 350 B2 objeto deste Termo de Referência, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido nos grupos moto propulsor e célula, com curso de motor Arriel 1D1 e célula no modelo de helicóptero AS 350 B2 cuja manutenção executará;
- 01 (um) Mecânico de Manutenção Aeronáutica, com experiência mínima de 02 (dois) anos em manutenção de aeronave AS 350 B2 objeto deste Termo de Referência, habilitado pela Agência Nacional de Aviação Civil –ANAC, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido no grupo célula, com curso de célula no modelo de helicóptero AS350 B2.
- 01 (um) Mecânico de Manutenção Aeronáutica, com experiência mínima de 02 (dois) anos em manutenção de aeronave AS 350 B2 objeto deste Termo de Referência, habilitado pela Agência Nacional de Aviação Civil –ANAC, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido no grupo moto propulsor, com curso de motor Arriel 1D1 e no modelo de helicóptero AS350 B2.
- 01 (um) Técnico de Manutenção Aeronáutica, com experiência mínima de 02 (dois) anos em manutenção de aeronave AS 350 B2 objeto deste Termo de Referência, habilitado pela Agência Nacional de Aviação Civil –ANAC, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido com especialidade em aviônicos, com curso de manutenção de aviônicos no modelo de helicóptero AS 350 B2 cuja manutenção executará.

Os profissionais deverão ainda, ser domiciliados em Brasília e permanecer disponíveis durante toda a execução contratual, em quantidade suficiente e sob responsabilidade da contratada, garantindo atendimento contínuo, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive para demandas emergenciais, de modo a assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

14.1. O Valor Global estimado para o contrato é de **R\$ 1.807.092,74** (um milhão, oitocentos e sete mil noventa e dois reais e setenta e quatro centavos), sendo **R\$ 900.639,96** (novecentos mil seiscentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos) para o Serviço de Apoio Técnico Operacional e de **R\$ 906.452,78** (novecentos e seis mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos) para os Serviços Especializados.

GRUPO ÚNICO						
ITEM	CATSER	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1		12	Mensal	Serviço de Apoio Técnico Operacional, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, correção de discrepâncias, inspeções programadas e não programadas, com aplicação de peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, o controle técnico, e o suporte aeronáutico para o helicóptero operado pelo DETRAN-DF.	R\$ 75.053,33	R\$ 900.639,96

2	16098	1	<p>Serviços Especializados necessários ao cumprimento do objeto contratual (que não são cobertos pelo Apoio Técnico Operacional):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Subcontratações de Serviços de Terceiros, englobam os serviços de revisão e reparos especializados de componentes, não realizados diretamente pela contratada. • Serviços de Locação, abrange a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas, que realizem a locação de componentes. • Serviço de Aquisição e Fornecimento de Insumos: peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, e demais consumíveis essenciais para a presente contratação. (insumos esses que não são fornecidos dentro do item Apoio Técnico Operacional e que também não sejam fornecidos nos contratos da Helibras e Safran). • Custos Logísticos, Operacionais e Administrativos visam remunerar a contratada nas subcontratações, locações, treinamentos ou nas aquisições e fornecimentos de insumos. <p>A estimativa aqui lançada será apenas para fins de previsão orçamentária, não devendo haver lance nesse item.</p>	R\$ 906.452,78 Por demanda (valor fixo)	R\$ 906.452,78 Por demanda (valor fixo)
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO					RS1.807.092,74

14.2. Tendo em vista a necessidade de assegurar a transparência do processo licitatório, bem como incentivar os licitantes a apresentarem preços compatíveis com o mercado, o custo estimado da presente contratação não possui caráter sigiloso e será tornado público no ato da publicação do instrumento convocatório, em observância ao artigo 24 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Conforme descrito nas especificações do objeto, são 02 (dois) os custos que abrangem a contratação:

1. Custos de Serviços de Apoio Técnico Operacional, que são todos aqueles realizados pela contratada, abrangidos pelo custo fixo mensal;
2. Custos para os Serviços especializados, que envolvem todas as subcontratações de serviços prestados por terceiros, serviços de locação, serviço de aquisição e fornecimento de insumos e os custos logísticos, operacionais e administrativos.

14.4. Ante a essa diferenciação, o estimativo de custos e a metodologia empregada na contratação e na execução estarão divididas conforme cada categoria da contratação, muito embora a adjudicação seja por preço global, uma vez que a divisão do objeto causará prejuízo para o conjunto ou complexo licitado, além de dificultar a execução dos serviços técnicos.

14.5. Justificativa da forma de adjudicação: A conclusão dos serviços, na maioria das vezes, envolve o fornecimento concomitante e coordenado dos insumos (peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental e demais consumíveis) e, por vezes, carece de serviço especializado de terceiros em partes não atendidas pela contratada, conforme cada caso. Logo, uma mesma empresa para a prestação dos serviços e o fornecimento de insumos, assim como, para intermediar serviços terceirizados, trará maior economia à Administração Pública, tendo em vista o agrupamento de todas as atividades técnicas de manutenção e de gestão contratual, seja para definir responsabilidades ou administrar garantias, de maneira a não prejudicar a continuidade das operações da UOPA, tampouco descentralizar procedimentos técnicos que podem repercutir na segurança de voo.

14.6. Estimativa de Custos para Serviços de Apoio Técnico Operacional

14.6.1. Para a pesquisa de contratações públicas similares ao presente processo, conforme estabelece o Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023, foi admitido o mesmo método de execução (Apoio Técnico Operacional, englobando manutenções preventivas e corretivas, inclusive fora de base) e modelos de aeronaves na mesma categoria.

14.6.1.1. Considerando o previsto no Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023, o valor final a ser considerado será o menor dentre média e mediana dos preços obtidos, para os serviços de Apoio Técnico Operacional, *in verbis*:

"Art. 3º O resultado da pesquisa será o menor valor entre a média e a mediana de, no mínimo, 3 (três) preços obtidos.

Parágrafo único. Poderá ser admitido, justificadamente, como resultado da pesquisa, apenas o menor dos preços obtidos (g.n.)."

14.6.1.2. Assim sendo, objetivando retratar com maior fidelidade o mercado público de manutenção aeronáutica, com vistas ao

atendimento do interesse público e da economicidade, utilizou-se o valor médio dentre os preços obtidos, disposto na pesquisa de preços 177560528 conforme estabelece o Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023, obtendo assim os seguintes valores:

PREÇOS OBTIDOS	VALOR MENSAL	QTDE	VALOR TOTAL
1	R\$ 63.000,00	12	R\$ 756.000,00
2	R\$ 82.160,00		R\$ 985.920,00
3	R\$ 80.000,00		R\$ 960.000,00
VALOR TOTAL CONSIDERADO	R\$ 75.053,33	12	R\$ 900.639,96

14.6.1.3. O valor estimado para os custos referentes ao Serviço de Apoio Técnico Operacional, com base no parágrafo único do artigo 3º do Decreto Distrital nº 36.220/2014, é de R\$ 900.639,96 (novecentos mil seiscentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos) conforme tabela acima, com data-base de **Maio de 2026** conforme orçamentos anexos ao processo.

14.7. **Estimativa de Custos para Serviços Especializados**

14.7.1. Quanto ao planejamento estimativo dos custos referentes aos serviços especializados, é importante esclarecer que por desconhecer a licitante vencedora e as qualificações técnicas suplementares que a habilite a executar serviços autorizados a serem subcontratados, e também por englobar os serviços de caráter corretivo (de natureza excepcional), possíveis serviços de locações de componentes, os serviços de aquisição e fornecimento de insumos e os custos logísticos, operacionais e administrativos, não se consegue definir com exatidão o quantitativo necessário para essa categoria durante o período contratual.

14.7.2. Atendendo ao previsto no Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023, justifica-se a adoção do método baseado nos gastos dos exercícios anteriores, conforme autoriza o art. 14, VI Decreto nº 36.520/15.

14.7.3. Dessa forma, serão usados como referência, no planejamento estimativo de custos, os valores previstos nos contratos dos exercícios anteriores, bem como, a diagonal de manutenção da aeronave, projetada para os próximos anos, e não os valores efetivamente gastos ou executados, porque muito embora não tenha sido grande a despesa naqueles períodos, é importante possibilitar eventuais grandes gastos decorrentes de serviços de grande monta, como por exemplo, a revisão e o reparo dos seguintes componentes: acumuladores hidráulicos, starter-gerador, aviônicos e equipamentos de rádio, farol de busca, cargo-hook, Bumbi-bucket e o sistema imageador. Estas revisões e reparos são ocasionais, mas que por si só, podem ocasionar a total liquidez do contrato, devido ao alto custo da revisão ou reparo de alguns desses componentes citados. Por isso, o contrato deve possuir um valor considerável para os serviços especializados, ainda que não sejam utilizados anualmente.

14.7.4. Nesse sentido verificou-se que na contratação passada foi estimado para pagamento dos serviços especializados o valor de R\$ 427.008,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e oito reais). Dados extraídos do Edital PE 17/2018 DETRAN-DF Sei nº 11444131.

14.7.5. A inflação acumulada medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) foi de 3,75% em 2018; 4,31% em 2019; 4,52% em 2020; 10,06% em 2021; 5,79% em 2022; 4,62% em 2023 e 4,29% até novembro de 2024, de acordo com o site Meu Bolso em Dia: <https://meubolsoemdia.com.br/Materiais/inflacao-2024>.

14.7.6. Aplicando-se o reajuste monetário (IPCA) de 37,34% no valor de R\$ 427.008,00 ao longo dos períodos de 2018 a 2025, obtemos o valor de R\$ 586.452,78.

14.7.7. Devemos considerar ainda que para uma melhor adequação dos serviços previstos no rol de serviços especializados, tais como o serviço de aquisição e fornecimento de insumos e os custos logísticos, operacionais e administrativos que não estavam previstos no contrato anterior, temos que aprovisionar um valor de aproximadamente R\$ 320.000,00 para cobertura desses serviços em uma eventual necessidade.

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	VALOR DOS SERVIÇOS EM 2018	ÍNDICE DE REAJUSTE IPCA	VALOR DOS SERVIÇOS EM 2025
Subcontrações de Serviços de Terceiros	R\$ 427.008,00	37,34%	R\$ 586.452,78
Serviços de Locação			
Serviço de Aquisição e Fornecimento de Insumos	Não havia previsão		R\$ 320.000,00
Custos Logísticos, Operacionais e Administrativos			
VALOR ESTIMADO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	R\$ 427.008,00		R\$ 906.452,78

14.7.8. Diante do exposto, no tocante à estimativa de custos para os serviços especializados, o valor final é de **R\$ 906.452,78** (novecentos e seis mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos) conforme demonstrado acima.

14.7.9. Vale lembrar, que se trata de uma previsão de gastos e não os valores que serão efetivamente executados.

15. **DA METODOLOGIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

15.1. A Metodologia da Execução Contratual visa descrever os procedimentos a serem observados durante a execução contratual, durante sua vigência. Neste sentido impera destacar que todos os procedimentos de manutenção serão precedidos dos seguintes documentos, exceto no tocante ao Apoio Técnico Operacional:

- Ordem de serviço do contratante;
- Orçamento(s) preliminar realizado(s) pela contratada;
- Aprovação do orçamento pelo executor do contrato.

15.2. Conforme Estimativa de Custos, o objeto do Termo de Referência envolve 02 (dois) itens. Sabendo disso, a remuneração à contratada obedecerá à metodologia descrita abaixo:

15.3. **Para os Serviços de Apoio Técnico Operacional**

15.3.1. Todos os serviços de manutenção estarão abarcados no custo fixo mensal pago à contratada que englobará todas as atividades e condições elencadas no presente Termo de Referência, valendo-se as partes do instrumento de ordem de serviço, quando for o caso, para planejar, agendar e/ou delimitar serviços executados pela empresa no curso do contrato.

15.3.2. Eventualmente, conforme já comentado, a contratada poderá ser acionada para socorro fora de base em caso de panes. Nessa hipótese, o valor dispendido com deslocamento de recursos de pessoal e material serão custeados como custos administrativos e logísticos os quais deverão ser discriminados em documento pormenorizado, conforme regulações definidas no presente termo, não abrangendo nessa hipótese a mão de obra, a qual já é remunerada com o apoio técnico operacional.

15.4. **Para os Serviços Especializados**

15.4.1. **Para as Subcontratações de Serviços de Terceiros**

15.4.1.1. Para as Subcontratações de Serviços de Terceiros caberão a cobrança dos custos Administrativos, Operacionais e Logísticos pela contratada, conforme dispositivos próprios elencados neste Termo de Referência.

15.4.1.2. Os procedimentos para os serviços prestados por terceiros serão da seguinte forma:

Será expedida uma ordem de serviço da contratante;

A contratada realizará pesquisa de preços e apresentará, no mínimo, 03 (três) orçamento(s) ao executor do contrato. Esses orçamentos buscam obter as propostas ou condições mais vantajosas para a Administração Pública;

Em caráter excepcional, a quantidade de orçamentos poderá ser menor, desde que justificada a impossibilidade de obtenção, o que também será avaliado pelo executor do contrato.

Os orçamentos serão analisados e aprovados, se for o caso, pelo executor do contrato.

15.4.1.3. Poderá o executor do contrato discordar dos orçamentos entregues pela contratada, quando entender estarem inexequíveis, exorbitantes ou diferentes do praticado no mercado, hipótese em que realizarão nova pesquisa com vistas à economicidade e à melhor proposta para a Administração Pública.

15.4.1.4. Em caso de fraude ou falsificação dos orçamentos, estes serão desconsiderados e serão tomadas as medidas administrativas definidas em contrato, não excluídas eventuais responsabilidades penais e cíveis aplicáveis ao caso.

15.4.1.5. A contratada será obrigada a entregar ao executor orçamento prévio discriminando o valor da mão de obra subcontratada, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços.

15.4.1.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15.4.1.7. Por se tratar de evento excepcional, a metodologia criada para custear as despesas de subcontratação visará sempre a busca da vantajosidade para a Administração Pública e a obediência dos princípios do interesse público e da livre concorrência, aplicando-se as regras do mercado aeronáutico, se couber.

15.4.2. **Para o Serviço de Locação**

15.4.2.1. A contratada poderá locar peça(s), componente(s) de célula, e/ou acessórios, caso haja disponibilidade e quando este procedimento administrativo for adequado para evitar um longo período de inatividade da aeronave. Para isso a Contratada apresentará orçamento para a locação e o tempo de duração, cabendo ao contratante o juízo de realizar a locação ou não.

15.4.2.2. O valor de referência para locação da(s) peça(s) e/ou componente(s) será cobrado de acordo com as horas voadas de cada componente locado ou por outra metodologia que deverá ser aprovada pelo executor do contrato. As condições para aprovação do orçamento serão as descritas na Oferta Comercial da empresa.

15.4.3. **Para o Serviço de Aquisição e Fornecimento de Insumos**

15.4.3.1. Para os serviços de aquisição e fornecimentos de insumos, caberão a cobrança dos custos Administrativos, Operacionais e Logísticos pela contratada, conforme dispositivos próprios elencados neste Termo de Referência.

15.4.3.2. Os procedimentos para as aquisições e fornecimentos de insumos obedecerão à seguinte metodologia:

15.4.3.3. Será expedida uma ordem de serviço do contratante.

15.4.3.4. A contratada apresentará o orçamento conforme o *price list* atualizado, juntamente com a cotação oficial da moeda estrangeira usada, obedecendo as disposições regulamentadas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

15.4.3.5. O valor do material será convertido para moeda nacional, Real (R\$), levando em consideração a cotação de fechamento do dólar comercial do dia anterior (ou outra disposição legalmente estipulada no âmbito do GDF). Esse procedimento de conversão cambial obedecerá ao regramento legal pertinente à matéria.

15.4.3.6. Caso o insumo não tenha preço definido no *price list*, a contratada realizará pesquisa de preços e apresentará, no mínimo, 03 (três) orçamento(s) ao executor do contrato. Esses orçamentos buscam obter as propostas ou condições mais vantajosas para a Administração Pública;

15.4.3.7. Serão realizadas a análise e aprovação do orçamento pelo executor do contrato.

15.4.3.8. No ato da assinatura do contrato, a contratada deverá franquear o acesso ininterrupto ao *price list* do fabricante à Unidade de Operação Aérea. O orçamento será sempre autorizado por meio do *price list* acostado aos autos do processo, ou seja, com base na versão apresentada pela empresa.

15.4.3.9. Em caráter excepcional, a quantidade de orçamentos poderá ser menor desde que justificada a impossibilidade de obtenção.

15.4.3.10. Poderá o executor do contrato discordar dos orçamentos entregues pela contratada, quando entender estarem inexequíveis, exorbitantes ou diferentes do praticado no mercado, hipótese em que realizarão nova pesquisa com vistas à economicidade e à melhor proposta para a Administração Pública.

15.4.3.11. Em caso de fraude ou falsificação dos orçamentos, estes serão desconsiderados e serão tomadas as medidas administrativas definidas em contrato, não excluídas eventuais responsabilidades penais e cíveis aplicáveis ao caso.

15.4.4. **Para os Custos Logísticos, Operacionais e Administrativos**

15.4.4.1. Custos logísticos, operacionais e administrativos representam um valor cobrado pela empresa contratada, pelos trabalhos administrativos, operacionais e logísticos realizados por ocasião das subcontratações, prestações de serviço fora de base, aquisições ou fornecimentos de insumos.

15.4.4.2. Intensifica-se que o valor referente ao custo logístico e de administração busca remunerar despesas com tributos (referentes ao serviço administrativo), frete, transporte, depósito, *handling*, seguro, despachantes, nacionalização, comissões, correio, reposição, custos logísticos ocasionados nos socorros fora de base e outras decorrentes da prestação dos serviços e/ou fornecimento de insumo, incorporando o lucro da contratada.

15.4.4.3. A nota de pagamento dos custos administrativos, operacionais e logísticos referente à aquisição de insumos não leva em consideração o tributo aplicável ao insumo. Isso significa que o percentual aplicável devido à contratada, conforme tabela pré-definida, não abrange o valor desembolsado por conta da tributação devida, somente ao insumo.

15.4.4.4. O pagamento de custos administrativos, operacionais e logísticos aplica-se visando a busca de qualidade e menores preços para a Administração e devem ser apresentados ao executor do contrato em nota fiscal diferente daquela apresentada pelo serviço ou aquisição relacionada. Esta nota fiscal deverá incluir todos os serviços e tributos relacionados a eles e não poderão exceder os percentuais concedidos na tabela de custos informada a seguir:

Custo Administrativos, Operacionais e Logísticos	
Valor do serviço subcontratado ou insumo (conforme <i>price list</i> ** ou pesquisa de preço)	Percentual aplicável*
Custos para transações nacionais, exceto serviços de terceiros.	10%
Custos para transações internacionais, exceto serviços de terceiros.	20%
Serviços de terceiros (subcontratáveis)	10%
Para aquisições ou serviços acima de R\$ 100 mil (sem incidência de tributos), nacionais ou internacionais, ao valor que ultrapassar esse limite, será pago um percentual único.	10%

* Não aplicável ao socorro fora de base.

** Como a maioria dos insumos são taxados em moeda estrangeira, a taxa cambial (câmbio) a ser considerada será a vigente no dia útil imediatamente anterior à data do orçamento.

15.4.4.5. Após o término da prestação dos serviços e/ou do fornecimento dos insumos solicitados para a contratação, estes serão recebidos e conferidos por escrito pelo executor do contrato para certificação da conformidade e da qualidade destes.

15.5. Socorro fora de Base

15.5.1. Os custos administrativos decorrentes do socorro fora de base, especificamente, abrangem todas as despesas necessárias ao deslocamento, transporte, permanência, guarda e disposição de recursos materiais e de pessoal (técnico especializado) para atender às solicitações da contratada, quando na hipótese de pane, discrepância ou outro evento que exija intervenção de natureza corretiva na aeronave fora de base.

15.5.2. Neste caso, a contratada deverá apresentar relatório ou outro documento equivalente que aponte pormenorizadamente todos os custos, estritamente necessários, empreendidos no atendimento ao socorro, o qual será submetido à análise prévia e aprovação do executor do contrato que poderá recusar, total ou parcialmente, caso entenda estarem diferentes dos valores praticados no mercado.

15.5.3. Após comprovar e justificar devidamente os gastos enfrentados pela contratada quando na hipótese de socorro fora de base, o contratante realizará o pagamento integral dessas despesas.

15.5.4. Pode o executor recusar o pagamento integral das despesas se entender contrários aos critérios de razoabilidade, proporcionalidade, interesse público ou divergentes do praticado no mercado aeronáutico.

15.5.5. A hora/homem dos serviços de manutenção aeronáutica na hipótese de socorro fora de base já estão abrangidos nas despesas de apoio técnico operacional, não podendo onerar o contrato.

15.5.6. A metodologia deverá, sempre que possível, obedecer as condições de compra e pagamento semelhantes às que prevalecerem no setor privado aeronáutico, para os negócios da mesma espécie, observando a legislação orçamentária, conforme define o artigo 14, III do Decreto Distrital nº 36.520/15.

15.5.7. Outras questões atinentes à metodologia e aos procedimentos de execução e fiscalização do contrato não dispostos no presente Termo de Referência serão gerenciados pelo executor do contrato, obedecidas as disposições técnicas e legais.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado/calculado de acordo com a solicitação de cada serviço, aquisição, fornecimento ou outra demanda realizada.

16.2. O valor a ser pago pelo serviço de apoio técnico operacional seguirá cronograma de desembolso máximo por período, sendo pagos a cada mês 1/12 (um doze avos) do valor global estabelecido para esse tipo de serviço, conforme previsto no Termo de Referência.

16.3. Os valores a serem pagos pelos serviços de terceiros, locação de componentes, aquisição de peças e outros insumos, bem como dos custos administrativos, operacionais e logísticos, serão faturados à medida que forem necessários e demandados, até o limite dos valores provisionados para cada tipo de serviço ou aquisição, conforme previsão no presente Termo de Referência.

16.4. O pagamento será feito de acordo com as normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, em parcelas, mediante a apresentação de nota fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias úteis a contar da apresentação, devidamente atestada pelo executor do contrato.

16.5. O prazo descrito acima se inicia somente após o saneamento de todas as irregularidades, erros e discrepâncias eventualmente existentes na nota fiscal, identificadas pelo executor do contrato ou outro servidor da contratante, consignando o recebimento em termo regularmente registrado.

16.6. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração Pública, a parcela devida será atualizada

monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA, nos termos do art. 4º do Decreto nº 36.246/2015.

16.7. A taxa cambial (câmbio) a ser considerada será a vigente no dia útil imediatamente anterior à data da emissão do orçamento preliminar ou da nota fiscal, obedecidas as disposições financeiras e orçamentárias aplicadas no Distrito Federal.

16.8. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a contratada tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

17. DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA DO CONTRATO

17.1. **Quando da assinatura do Termo Contratual**, a contratada deverá comprovar possuir em seu quadro permanente de empregados uma equipe de técnicos em manutenção de equipamentos aeronáuticos, todos habilitados pela ANAC, os quais prestarão os serviços descritos no objeto deste Termo de Referência, composta de, no mínimo:

17.1.1. 01 (um) Responsável Técnico, com experiência mínima de 02 (dois) anos em manutenção de aeronave AS 350 B2 objeto deste Termo de Referência, que deve possuir título – seja técnico de nível superior (tecnólogo) ou engenheiro – e atribuição profissional coerentes com a atividade desempenhada, regularmente registrado pelo CREA da região da organização de manutenção à qual está vinculado, cadastrado na ANAC, nos termos do Apêndice “A-I” do RBAC 145;

17.1.2. 01 (um) Inspetor de Manutenção Aeronáutica, com experiência mínima de 02 (dois) anos em manutenção de aeronave AS 350 B2, objeto deste Termo de Referência, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido nos grupos moto propulsor e célula, com curso de motor Arriel 1D1 e célula no modelo de helicóptero AS 350 B2 cuja manutenção executará;

17.1.3. 01 (um) Mecânico de Manutenção Aeronáutica, com experiência mínima de 02 (dois) anos em manutenção de aeronave AS 350 B2, objeto deste Termo de Referência, habilitado pela Agência Nacional de Aviação Civil –ANAC, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido no grupo célula, com curso de célula no modelo de helicóptero AS 350 B2.

17.1.4. 01 (um) Mecânico de Manutenção Aeronáutica, com experiência mínima de 02 (dois) anos em manutenção de aeronave AS 350 B2, objeto deste Termo de Referência, habilitado pela Agência Nacional de Aviação Civil –ANAC, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido no grupo moto propulsor, com curso de motor Arriel 1D1 e no modelo de helicóptero AS350 B2.

17.1.5. 01 (um) Técnico de Manutenção Aeronáutica, com experiência mínima de 02 (dois) anos em manutenção de aeronave AS 350 B2, objeto deste Termo de Referência, habilitado pela Agência Nacional de Aviação Civil –ANAC, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido com especialidade em aviônicos, com curso de manutenção de aviônicos no modelo de helicóptero AS 350 B2 cuja manutenção executará.

17.2. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica elencados, deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, devendo a empresa vencedora do certame comprovar tal fato até 10 dias após a data do pregão eletrônico ou no momento da assinatura do contrato, o que ocorrer primeiro.

17.3. A comprovação empregatícia, do item acima, far-se-á por meio de cópia autenticada da carteira profissional, contrato de trabalho devidamente registrado ou de outros meios juridicamente válidos para a demonstração de que possuem vínculo com a sociedade empresarial, acompanhada de sua habilitação emitida pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, certificados de qualificações e comprovação de experiência.

17.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica apresentados no momento da assinatura do contrato deverão ser os mesmos que executarão os serviços descritos no Termo de Referência.

17.5. Os profissionais deverão ser domiciliados em Brasília e permanecer disponíveis durante toda a execução contratual, em quantidade suficiente e sob responsabilidade da contratada, garantindo atendimento contínuo, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive para demandas emergenciais, de modo a assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

17.6. Deverá apresentar também, apólice de seguro que cubra qualquer dano à aeronave, seus funcionários, servidores da contratante à disposição da manutenção e terceiros, quando estiver sob sua responsabilidade durante os períodos em que estiver ou não realizando algum serviço, independente da natureza.

17.7. Deverá possuir Manual de Operações de Manutenção (MOM), aprovado pela autoridade aeronáutica a partir da assinatura do contrato.

18. DOS INDICADORES E ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO/ INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

18.1. A presente contratação, por envolver serviços técnicos e especializados e que são regulados pela legislação aeronáutica, já possui resultados definidos pelo fabricante, com os cartões e inspeções previamente determinados. Desta forma, as particularidades de execução e formas de operação em cada inspeção ou intervenção, embora estimadas no presente Termo de Referência, são fiscalizadas pelo executor e sua equipe técnica para cada caso.

18.2. Importante esclarecer também que definir indicadores relacionados ao tempo de inspeção trará prejuízos maiores para a Administração Pública que os benefícios decorrentes do Acordo de Nível de serviço uma vez que pode ferir a segurança operacional de voo estabelecer penalidades financeiras relacionadas ao tempo de serviço.

18.3. Os serviços descritos neste Termo de Referência deverão ser executados dentro dos padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulado pela fabricante da aeronave, de acordo com os Manuais da AIRBUS HELICOPTERS, bem como pela UOPA, de acordo com os procedimentos operacionais padrões do órgão.

18.4. Logo, mesmo tratando-se de serviço de natureza continuada, não há Acordo de Nível de serviço na presente contratação para não embarçar a execução dos serviços técnicos elencados no presente Termo de Referência, deixando a cargo dos instrumentos legais processar eventual sanção decorrente do descumprimento das cláusulas contratuais.

18.5. O executor do contrato deverá monitorar constantemente o nível de qualidade e eficiência dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou notificar a contratada quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade e rapidez exigida, respeitadas as regulamentações e cláusulas contratuais.

19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, e às demais cominações previstas em regulamento específico que trata dos procedimentos de aplicação de sanções, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

19.2. Independente das sanções legais cabíveis, a licitante/contratada ficará sujeita ainda ao ressarcimento das perdas e danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

19.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013.

19.4. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2.º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”, do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4.º, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5.º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

iv) Multa:

- (1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- (3) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021;
- (4) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 5% do valor do Contrato;
- (5) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 5% do valor do Contrato;
- (6) Para infração descrita na alínea “b”, a multa será de 3% do valor do Contrato;
- (7) Para infrações descritas na alínea “d”, a multa será de 2% do valor do Contrato;
- (8) Para a infração descrita na alínea “a”, não abarcadas pela advertência, a multa será de 2% do valor do Contrato, ressalvadas as infrações mais graves definidas no § 2º do art. 156, da Lei n.º 14.133, de 2021. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9.º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

19.4.1. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

19.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133, de 2021).

19.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8.º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

19.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.4.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158, da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1.º, da Lei n.º 14.133, de 2021):

19.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

19.5.2. as peculiaridades do caso concreto;

- 19.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 19.5.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 19.5.5. o risco de acidentes ou incidentes aeronáuticos;
- 19.5.6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 19.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 19.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 19.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 19.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei n.º 14.133/21.
- 19.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua.

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas normas de planejamento, orçamento, finanças, patrimônio e contabilidade do Distrito Federal.
- 20.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- Unidade Gestora: 220201 - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DF - DETRAN-DF

GESTÃO DAS ATIVIDADES DE FROTA - DETRAN/DF

FONTE	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	META	SUBTÍTULO	ELEMENTO
220/237/437	06	122	8217	2698	0001	339030
220/237/437	06	122	8217	2698	0001	339039

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 21.2. Após a execução de qualquer serviço, ou se houver necessidade de voos de manutenção, esses poderão ser realizados por piloto designado pelo contratante, acompanhado por mecânico de manutenção aeronáutica da contratada.
- 21.3. Eventuais questões não definidas no presente Termo de Referência serão sanadas pelo Chefe da UOPA, à luz da legislação vigente, ouvido o Exmo. Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

22. ANEXOS

- 22.1. São partes integrantes do presente Termo de Referência, os seguintes Anexos:

Anexo A – Descrição da aeronave

Anexo B – Modelo de Proposta Comercial

Anexo C - Modelo de Declaração de Vistoria

Anexo D - Modelo de Declaração de Abstenção da Vistoria

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Integrante da Área Requisitante Sergio Alexandre Martins Dolghi Matrícula n.º 1489-3
--

Integrantes da Área Técnica izaia de Assis Porfírio Matrícula n.º 929-6
Integrante Administrativo Marcelo Esron Cupti Madeira Matrícula n.º 67.443-5

ANEXO A – Descrição da aeronave

MODELO	DESGINAÇÃO	ANO DE FABRICAÇÃO	PREFIXO	S/N
AS 350 B2	SENTINELA 01	2005	PR-EBQ	3973

1. **Fabricante:** Eurocopter;
2. **Certificado de aeronavegabilidade:** indeterminado;
3. **Peso Máximo de Decolagem – PMD:** 2.250 kg, com carga externa: 2500 kg;
4. **Turbina:** SAFRAN Arriel 1D1 - S/N 19553;
5. **Horas totais célula:** 7.574,1
6. **Horas totais de motor:** 1.228,6
7. **CVA:** válida até 10/10/2026;
8. **Componentes:**

EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS BÁSICOS
Descrição
01 (uma) Porta traseira deslizante em ambos os lados
01(um) Duplo comando instalado
01 (um) Trem de pouso do tipo esqui alto com degrau alongado
01 (um) Sistema separador de partículas ou filtro de areia
01 (um) Sistema de corta-cabos inferior e superior
01 (um) Interior com configuração de transporte VIP, assentos em couro na cor cinza removíveis
01 (um) Painel de comando alongado
01 (um) Horímetro
EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO E NAVEGAÇÃO
Descrição
01 (um) Sistema de navegação pictorial, Bendix/King KCS 55A-06 (HSI)
01(um) Sistema de ADF Bendix/King KR87 TSO
01 (um) Rádio transceptor VHF/AM-FM completo (partes fixas e móveis), com VOR Bendix/King KX 165A TSO
01 (um) Rádio transceptor VHF/AM-FM completo (partes fixas e móveis), marca Wulfsberg modelo C – 5000 - Flexcomm II
01 (um) Equipamento GPS (global position system), marca Garmim, modelo GTN 650

01 (um) Sistema de Mapas digitalizados da cidade de Brasília e outras do Distrito Federal determinadas pelo DETRAN/DF da marca BRAVIO modelo MD102-MAP
02 (duas) caixas de áudio, seletora de transmissão e recepção, KING KMA 24h-71, KING contendo chave ISOLADO-PRIVADO-NORMAL
01 (uma) Chave geral de acionamento/direcionamento de rádios
02 (dois) fones de ouvido marca BOSE modelo A20, com redutor eletrônico de ruído 04 (quatro) Fones de ouvido marca David Clark modelo H10-13X, com redutor de ruído
EQUIPAMENTOS POLICIAIS E DE RESGATE
Descrição
01 (um) Gancho para carga externa, capacidade 750 Kg
01 (um) Espelho retrovisor externo
01 (um) Farol de busca, marca SPECTROLAB, modelo SX 16
01 (um) Luzes Strobe Light no estabilizador horizontal
01 (um) Kit de provisões estruturais para lançamento de equipes por Rapel/Mac Guire
01 (um) Equipamento para combate a incêndios do tipo bolsa d'água Bambi Bucket marca SEI Industries, modelo 1518

9. Aeródromo de registro: SBBR;
10. Categoria de utilização: AID;
11. Operador no RAB: Departamento de Trânsito do Distrito Federal;
12. CNPJ: 00.475.855/0001-79;
13. Lotação: 01 (um) tripulante mais 05 (cinco) passageiros;
14. Perímetro de atuação: todo território nacional (Brasil);
15. Média de voo mensal: estimado 30 horas;
16. Oficina homologada que realiza as inspeções e manutenção: Lider
17. Hangaragem: Hangar da Lider (SBBR) e Hangar do GDF - CIOPA (SBBR).

ANEXO B - Modelo de proposta comercial

PROPOSTA COMERCIAL

(em papel timbrado da empresa)

Ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Objeto: Contratação de empresa certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, para a prestação de serviços de Manutenção preventiva e corretiva, com aplicação e fornecimento de peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental e demais consumíveis necessários, e Suporte Aeronáutico **para o helicóptero AS 350 B2** operado pela Unidade de Operação Aérea (UOPA) do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____ e inscrição estadual n.º _____, estabelecida no(a) _____, para a contratação supramencionada, de acordo com todas as especificações e condições do Termo de Referência e seus Anexos.

GRUPO ÚNICO					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO

1	12	Mensal	Serviço de Apoio Técnico Operacional, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, correção de discrepâncias, inspeções programadas e não programadas, com aplicação de peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, o controle técnico, e o suporte aeronáutico para o helicóptero operado pelo DETRAN-DF. Código do item:	R\$	R\$
2	1	Serviço	Serviços Especializados necessários ao cumprimento do objeto contratual (que não são cobertos pelo Apoio Técnico Operacional): <ul style="list-style-type: none"> • Subcontratações de Serviços de Terceiros: englobam os serviços de revisão e reparos especializados de componentes, não realizados diretamente pela contratada. • Serviços de Locação: abrange a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas, que realizem a locação de componentes. • Serviço de Aquisição e Fornecimento de Insumos: peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, e demais consumíveis essenciais para a presente contratação. (insumos esses que não são fornecidos dentro do item Apoio Técnico Operacional e que também não sejam fornecidos nos contratos da Helibras e Safran). • Custos Logísticos, Operacionais e Administrativos visam remunerar a contratada nas subcontratações, locações, treinamentos ou nas aquisições e fornecimentos de insumos. Código do item: A estimativa aqui lançada será apenas para fins de previsão orçamentária, não devendo haver lance nesse item.	R\$ R\$ 906.452,78 Por demanda (valor fixo)	R\$ R\$ 906.452,78 Por demanda (valor fixo)
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO					R\$

Observações: O valor correspondente ao **Item 2 do Grupo Único**, **permanecerá fixo para composição da planilha de preços do grupo**, ou seja, não sofrerão lances no momento da licitação.

1. Valor total estimado para o Grupo Único: R\$ _____ (valor por extenso).
2. Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
3. Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços objeto desta licitação, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.
4. Declaramos de que cumprimos todos os prazos estabelecidos no Termo de Referência e seus Anexos.
5. Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: _____;
- b) CNPJ (MF) nº: _____;
- c) Representante (s) legal (is) com poderes para assinar o contrato: _____;
- d) CPF: _____ RG: _____ - _____;
- e) Inscrição Estadual nº: _____;
- f) Endereço: _____;
- g) Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____;
- h) CEP: _____; e
- i) Cidade: _____ Estado: _____.
- j) Banco: _____ Conta Corrente: _____ Agência: _____;
- k) Contato: _____ Fone/Ramal: _____

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO C - Modelo de Declaração de Vistoria

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida no(a) _____, na cidade de _____, estado _____, neste ato representada pelo seu representante legal, _____, inscrito no CPF (ou CRA) sob o nº _____, declara que tomou pleno conhecimento dos endereços onde os serviços serão realizados, de todas as particularidades e peculiaridades para prestação do serviço, não podendo alegar no futuro desconhecimento do aqui tratado, para quaisquer fins e efeitos.

Por ser verdade, firmo a presente,

Brasília, ____ de _____ de 2026.

Representante da Empresa

ANEXO D - Modelo de Declaração de Abstenção da Vistoria

DECLARAÇÃO

Declaro que, em ____/____/20____, a empresa _____, CNPJ nº _____, sediada no _____ está ciente que não poderá alegar desconhecimento das condições de execução dos serviços referentes ao objeto do Termo de Referência.

Brasília, de de 202__.

Representante da Empresa

[\[1\]](#) Bell Helicopter - E. Hurst Blvd 600 (State Highway 10) Hurst, Texas - Estados Unidos da América CEP 76053 Tel 1-817-280-2011 Fax 1-817-280-2321 – Acesso em: http://www.bellhelicopter.com/Company/ContactUs/Contact_Bell.html. E-mail: publications@bellhelicopter.textron.com.

R\$ R\$ 906.452,78

Por demanda (valor fixo)	
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO	R\$

Observações: O valor correspondente ao *Item 2 do Grupo Único*, permanecerá fixo para composição da planilha de preços do grupo, ou seja, não

1. Valor total estimado para o Grupo Único: R\$ _____ (valor por extenso).
2. Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
3. Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços objeto desta licitação, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.
4. Declaramos de que cumprimos todos os prazos estabelecidos no Termo de Referência e seus Anexos.
5. Os dados da nossa empresa são:

a) Razão Social: _____;

b) CNPJ (MF) nº: _____;

c) Representante (s) legal (is) com poderes para assinar o contrato: _____;

d) CPF: _____ RG: _____ - _____;

e) Inscrição Estadual nº: _____;

f) Endereço: _____;

g) Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____;

h) CEP: _____; e

i) Cidade: _____ Estado: _____.

j) Banco: _____ Conta Corrente: _____ Agência: _____;

k) Contato: _____ Fone/Ramal: _____

Assinatura do Representante Legal

TABELA DE PREÇO MÁXIMO ADMISSÍVEL

GRUPO ÚNICO						
ITEM	CATSER	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1		12	Mensal	Serviço de Apoio Técnico Operacional, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, correção de discrepâncias, inspeções programadas e não programadas, com aplicação de peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, o controle técnico, e o suporte aeronáutico para o helicóptero operado pelo DETRAN-DF.	R\$ 75.053,33	R\$ 900.639,96

2	16098	1	Serviço	<p>Serviços Especializados necessários ao cumprimento do objeto contratual (que não são cobertos pelo Apoio Técnico Operacional):</p> <ul style="list-style-type: none">• Subcontratações de Serviços de Terceiros: englobam os serviços de revisão e reparos especializados de componentes, não realizados diretamente pela contratada.• Serviços de Locação: abrange a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas, que realizem a locação de componentes.• Serviço de Aquisição e Fornecimento de Insumos: peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, e demais consumíveis essenciais para a presente contratação. (insumos esses que não são fornecidos dentro do item Apoio Técnico Operacional e que também não sejam fornecidos nos contratos 07/2024 e 10/2024).• Custos Logísticos, Operacionais e Administrativos visam remunerar a contratada nas subcontratações, locações, treinamentos ou nas aquisições e fornecimentos de insumos. <p>A estimativa aqui lançada será apenas para fins de previsão orçamentária, não devendo haver lance nesse item.</p>	R\$ 906.452,78 Por demanda (valor fixo)	R\$ 906.452,78 Por demanda (valor fixo)
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE						R\$1.807.092,74

ANEXO III (do Edital)

MODELOS DE DECLARAÇÕES

1. DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860/2019

Pregão Eletrônico nº __/202_ Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019.

Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

.....
(Local data)

.....
(representante) (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

2. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018

Pregão Eletrônico nº __/202_ Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que:

1. Tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo DETRAN/DF.
2. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
4. Tem ciência que poderá responder administrativa e/ou judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
5. Está ciente e de acordo que o DETRAN/DF, para a execução do serviço ou aquisição objeto deste edital, tenha acesso aos dados pessoais dos representantes do FORNECEDOR/CONTRATADO, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual.
6. Possui conhecimento de que o FORNECEDOR/CONTRATADO fica obrigada a comunicar ao DETRAN/DF, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, ocorridos durante o prazo contratual, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Brasília (DF), ____ de _____ de _____.
ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

3. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL Nº 4.770/2012

Pregão Eletrônico nº __/202_ Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins do disposto no artigo 2º da Lei Distrital 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que receberá, sem nenhum custo para o Detran/DF, bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública, provenientes do objeto do Pregão Eletrônico nº __/202_ - Departamento de Trânsito do Distrito Federal, e que dará o destino legalmente estabelecido para a deposição e o tratamento adequados de objetos e resíduos.

Brasília (DF), ____ de _____ de _____.
.....
(representante)

4. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL Nº 4.799/2012

Pregão Eletrônico nº __/202_ Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que atende ou que atenderá durante a vigência do contrato ao disposto na Lei Distrital 4.779, de 29 de março de 2012, para a contratação referente ao objeto do Pregão Eletrônico nº __/202_ - Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

.....
(Local data)

.....
(representante)
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO IV (do Edital)
MINUTA DO CONTRATO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060
MINUTA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL
Processo Administrativo nº 00055-00009092/2025-32
Contrato de Prestação de Serviço nº xx/20xx

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN/DF), autarquia distrital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.475.855/0001-79, com sede na SEPS 713/913, Bloco D, Bairro ASA SUL, Brasília-DF, CEP: 70.390-135, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, **XXXXXX**, CPF nº XXXXXX e CI nº XXXXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXX, com sede no XXXXXXXX, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu XXXXXXXX, **XXXXXX**, portador do CPF nº XXXXXX e CI nº XXXXXX, conforme atos constitutivos, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXXXXX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em manutenção de aeronaves, certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para executar serviços de manutenção incluindo: Serviço de Apoio Técnico Operacional, serviços de manutenção preventiva, corretiva, correção de discrepâncias, inspeções programadas e não programadas, com aplicação de peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, o controle técnico, e também o suporte aeronáutico e administrativo para outros serviços especializados necessários ao cumprimento do objeto contratual, para o helicóptero da fabricante Eurocopter, modelo AS 350 B2, prefixo PR-EBQ, S/N 3973, de propriedade do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN-DF, com o objetivo de mantê-lo em plenas condições de aeronavegabilidade, conforme especificações, condições e quantidades estabelecidas no Termo de Referência (XXXXXX).
- 1.2. O objeto está dividido em Grupo Único, composto pelos seguintes itens:

GRUPO ÚNICO						
ITEM	CATSER	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	16098	12	Mensal	Serviço de Apoio Técnico Operacional, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, correção de discrepâncias, inspeções programadas e não programadas, com aplicação de peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, o controle técnico, e o suporte aeronáutico para o helicóptero operado pelo DETRAN-DF.	R\$ XXXXX	R\$ XXXXXX

2	16098	1	Serviço	<p>Serviços Especializados necessários ao cumprimento do objeto contratual (que não são cobertos pelo Apoio Técnico Operacional):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Subcontratações de Serviços de Terceiros, englobam os serviços de revisão e reparos especializados de componentes, não realizados diretamente pela contratada. • Serviços de Locação, abrange a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas, que realizem a locação de componentes. • Serviço de Aquisição e Fornecimento de Insumos: peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, e demais consumíveis essenciais para a presente contratação. (insumos esses que não são fornecidos dentro do item Apoio Técnico Operacional e que também não sejam fornecidos nos contratos 07/2024 e 10/2024). • Custos Logísticos, Operacionais e Administrativos visam remunerar a contratada nas subcontratações, locações, treinamentos ou nas aquisições e fornecimentos de insumos. <p>A estimativa aqui lançada será apenas para fins de previsão orçamentária, não devendo haver lance nesse item.</p>	R\$ XXXXXX Por demanda (valor fixo)	R\$ XXXXXX Por demanda (valor fixo)
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE						R\$ XXXXXX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2025 e seus anexos (XXXXXX);
- 1.3.2. O Termo de Referência (XXXXXX);
- 1.3.3. A Proposta da CONTRATADA (XXXXXXXXX);
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021 .
- 2.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, limitado a vigência total de 5 (cinco) anos, com base nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que haja interesse da Administração e que as condições e os preços se mantenham vantajosos.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

- 3.1. O regime de execução, os modelos de gestão e execução, os prazos, as condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, bem como o detalhamento de todas as atividades a serem desenvolvidas, constam pormenorizadamente no Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, mediante autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, nos termos do Termo de Referência.
- 4.2. A contratada poderá, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte dos serviços propostos até o limite admitido no Item 2 do Grupo Único, que pela profundidade de nível ou especialidade da intervenção na classe e no padrão, sua homologação perante a ANAC não seja suficiente para realizar integralmente.
- 4.3. A subcontratação existe para cobrir serviços especializados em caráter excepcional, sendo sua aplicabilidade secundária, ou seja, quando a contratada não possui homologação para tanto pelo caráter eventual e complexo da demanda.
- 4.4. Vale comentar que a subcontratação se justifica em razão da complexidade e da tecnicidade dos serviços de manutenção aeronáutica que abrangem uma gama de outros serviços e bens necessários para sua completa execução, os quais, diante da especialidade, não podem ser prestados por uma única empresa. Um exemplo disso é a revisão do *starter* gerador do helicóptero, o qual a maioria das

empresas de manutenção não realiza, por exigir uma especialidade maior, exigindo para tanto de um terceiro técnico prestador, de serviço de transporte/remessa do componente, de seguro e outros.

4.5. Caso seja necessária a subcontratação de serviços de terceiros, serão apresentados previamente pela contratada 03 (três) orçamentos, contendo os preços (estimado e definitivo) para sua respectiva aprovação pelo DETRAN-DF, excetuando-se aquele que, comprovadamente, só tenha um fornecedor ou aqueles em que a sua formulação seja economicamente inviável, tudo devidamente justificado.

4.6. Para o faturamento dos serviços subcontratados será utilizada a taxa de conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, (se realizados através de empresas estrangeiras) com base na sua cotação de venda, referente à do dia anterior ao do faturamento, conforme tabela liberada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os valores dos serviços subcontratados, serão aplicados os tributos incidentes na operação, de acordo com as bases de cálculo e alíquotas vigentes na data do faturamento.

Reparos Subcontratáveis

4.7. Essa subcategoria abrange a subcontratação de empresas para que realizem os serviços de reparos de componentes, não realizados diretamente pela contratada.

4.8. A frequência e periodicidade destes serviços dependem dos eventos de panes que venham a ocorrer, as quais não podem ser especificamente previstas, por se tratar de situações futuras e imprevisíveis, porém, devem ter valores provisionados, pois, se ocorrerem, provocarão a indisponibilidade da aeronave e a interrupção do serviço.

4.9. Os reparos subcontratáveis serão custeados pelas Subcontratações de Serviços de Terceiros e caberão ainda as cobranças dos custos Administrativos, Operacionais e Logísticos pela contratada, conforme dispositivos próprios elencados no Termo de Referência.

4.10. Os serviços subcontratados obedecerão às disposições previstas no item relativo à Metodologia da Execução Contratual do presente Termo de Referência, observando a vedação da subcontratação integral do objeto contratual.

Revisões Subcontratáveis

4.11. Essa subcategoria abrange a subcontratação de empresas para que realizem os serviços de revisão de componentes, não realizados diretamente pela contratada.

4.12. A frequência e periodicidade destes serviços estarão previstas em manual.

4.13. As revisões subcontratáveis serão custeadas pelas Subcontratações de Serviços de Terceiros e caberão ainda as cobranças dos custos Administrativos, Operacionais e Logísticos pela contratada, conforme dispositivos próprios elencados no Termo de Referência.

4.14. Os serviços subcontratados obedecerão às disposições previstas no item relativo à Metodologia da Execução Contratual do presente Termo de Referência, observando a vedação da subcontratação integral do objeto contratual.

Outros Serviços Subcontratáveis

4.15. Essa subcategoria abrange a subcontratação de empresas ou pessoas, que realizem outros serviços necessários à manutenção/ conservação da aeronave, não definidos anteriormente e autorizados pela contratante, a exemplo de serviços de gráficas (atinentes à aviação), atualização de mapas, GPS, softwares e aplicativos, confecção de diários de bordo e de manutenção, higienização sanitária especializada dentre outros.

4.16. Constitui hipótese de subcontratação excepcional, a despesa com capacitação e treinamentos técnicos aos integrantes da UOPA, quando estes tiverem relação direta com a manutenção da aeronave ou forem necessários para o desempenho e a manutenção da segurança de qualquer das atividades abrangidas na contratação ou mesmo das missões operacionais do órgão, destinado a pilotos, operadores aerotáticos e mecânicos de aeronaves. Essa hipótese está sujeita à aprovação e deliberação prévia do executor do contrato.

4.17. A hipótese acima não abará despesas suplementares além dos relacionados ao treinamento propriamente, como o custeio com passagens aéreas, ajudas de custo ou diárias, se aplicáveis.

Disposições Aplicáveis às Subcontratações

4.18. A subcontratação envolve: acessórios da aeronave, pás e acessórios de pá, equipamentos elétricos e seus acessórios, instrumentos e rádio, equipamentos aviônicos e acessórios, serviços especializados, capotaria, seguro para traslado de peças e componentes, pagamento para depósito, armazenagem, despachantes alfandegários, frete de material, capacitação e outros não definidos no Certificado de Organização de Manutenção da contratada mas que se relacionam com as necessidades da contratante ou com o objeto do contrato.

4.19. A subcontratação por parcela não executável trata-se de exceção à prestação dos serviços, logo, a contratada não poderá transferir para terceiros partes relevantes do objeto do contrato sem justificativa razoável, dos quais está autorizada a realizar.

4.20. Para subcontratar serviços, em caráter excepcional, a contratada deverá apresentar, previamente, no mínimo, 03 (três) propostas orçamentárias referentes aos serviços a serem realizados por terceiros, salvo se justificada a impossibilidade. Cabe ao executor do contrato analisar as propostas apresentadas e autorizar a realização da despesa referente à subcontratação.

4.21. A subcontratação exige autorização prévia do executor do contrato, obedecidos aos critérios estabelecidos no presente Termo de Referência, pautando-se pela melhor proposta para a Administração Pública e, sempre que possível, pelas regras aplicáveis ao mercado aeronáutico.

4.22. As empresas subcontratadas para reparos ou locação de componentes deverão possuir, se aplicável, a homologação perante a autoridade aeronáutica e cumprir todas as demais exigências técnicas aplicáveis ao serviço.

4.23. Os custos referentes ao transporte e seguro dos componentes que a contratada terá de suportar para realizar o serviço por meio de subcontratação, serão repassados à contratante e constarão em fatura, conforme previsão no Termo de Referência;

4.24. A empresa subcontratada deve estar de acordo com a legislação em vigor, a saber, o art. 117, inciso 4 da lei 14.133/ 2021:

§ 4º Na hipótese da contratação de terceiros prevista no **caput** deste artigo, deverão ser observadas as seguintes regras:

I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

II - a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

SERVIÇO DE LOCAÇÃO

4.25. Essa subcategoria abrange a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas, que realizem a locação de componentes.

4.26. Na locação, a empresa contratada deverá intermediar o procedimento junto a terceiros para substituir, temporariamente, os componentes do helicóptero da contratante que, eventualmente, estiverem avariados ou vencidos, durante o período dos serviços, a fim de prover a disponibilidade para a missão da UOPA. Neste caso, os custos de locação dos componentes serão cobertos pelo serviço de locação e os custos dos serviços da empresa contratada referentes a contratação e ao transporte segurado da(s) peça(s) e componente(s) serão cobertos pelos custos logísticos, operacionais e administrativos e obedecerão as demais disposições definidas no Termo de Referência.

4.27. A frequência e periodicidade destes serviços dependem dos eventos ocorridos, os quais não podem ser especificamente previstas, por se tratar de situações futuras e imprevisíveis, porém, devem ter valores provisionados, pois, se ocorrerem, provocarão a indisponibilidade da aeronave e a interrupção do serviço. Ou seja, somente no caso concreto e após a análise da urgência das missões exigidas pela Direção Geral do DETRAN-DF é que o executor do contrato poderá, ouvido o Chefe da UOPA, avaliar e autorizar a locação, em caráter precário, de componentes.

4.28. Por ocasião da locação será providenciado um Termo de Responsabilidade, que tratará da locação, devidamente reconhecidas às cláusulas e termos pelo titular do contrato e onde já estão pré-pactuadas as responsabilidades relativas à locação que a empresa contratada vier a assumir perante terceiros proprietários de componentes, sendo que poderá transferir à contratante apenas as que ocorrerem em virtude da operação.

4.29. A locação de componentes obedecerá às disposições previstas no item relativo à Metodologia da Execução Contratual do Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)

5.1. O valor global estimado do presente Contrato é de **R\$ XXXXX (XXXXXX)**, distribuído da seguinte forma :

5.1.1. **Item 1 - Serviço de Apoio Técnico Operacional:** O valor anual de **R\$ XXXXX (XXXX)**.

5.1.2. **Item 2 - Serviços Especializados:** O valor estimado é de **R\$ 906.452,78 (novecentos e seis mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos)**, a ser pago por demanda, conforme a efetiva necessidade e aprovação prévia do CONTRATANTE, nos moldes definidos no Termo de Referência.

5.2. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

6.1. O pagamento será realizado/calculado de acordo com a solicitação de cada serviço, aquisição, fornecimento ou outra demanda realizada.

6.2. O valor a ser pago pelo serviço de apoio técnico operacional seguirá cronograma de desembolso máximo por período, sendo pagos a cada mês 1/12 (um doze avos) do valor global estabelecido para esse tipo de serviço, conforme previsto no Termo de Referência.

6.3. Os valores a serem pagos pelos serviços de terceiros, locação de componentes, aquisição de peças e outros insumos, bem como dos custos administrativos, operacionais e logísticos, serão faturados à medida que forem necessários e demandados, até o limite dos valores provisionados para cada tipo de serviço ou aquisição, conforme previsão no presente Termo de Referência.

6.4. O pagamento será feito de acordo com as normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, em parcelas, mediante a apresentação de nota fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias úteis a contar da apresentação, devidamente atestada pelo executor do contrato.

6.5. O prazo descrito acima se inicia somente após o saneamento de todas as irregularidades, erros e discrepâncias eventualmente existentes na nota fiscal, identificadas pelo executor do contrato ou outro servidor da contratante, consignando o recebimento em termo regularmente registrado.

6.6. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração Pública, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA, nos termos do art. 4º do Decreto nº 36.246/2015.

6.7. A taxa cambial (câmbio) a ser considerada será a vigente no dia útil imediatamente anterior à data da emissão do orçamento preliminar ou da nota fiscal, obedecidas as disposições financeiras e orçamentárias aplicadas no Distrito Federal.

6.8. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a contratada tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

- 8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**, além daquelas previstas na legislação e detalhadas no Termo de Referência:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Contrato por meio de servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados;
 - 8.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.1.4. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor, prazo e condições estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência;
 - 8.1.5. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, às suas expensas;
 - 8.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da **CONTRATADA**;
 - 8.1.7. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas em lei e neste Contrato, quando couber;
 - 8.1.8. Cumprir as demais obrigações detalhadas no Termo de Referência (XXXXXXX), que é parte integrante deste Contrato.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

9.1. A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato, no Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as seguintes obrigações essenciais:

- 9.1.1. Executar os serviços conforme as especificações do Termo de Referência e de sua proposta, empregando a melhor técnica e zelando pela boa qualidade dos serviços;
- 9.1.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.3. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil resultantes da execução do contrato;
- 9.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.5. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.1.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 9.1.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as demais normas específicas;;
- 9.1.9. Cumprir as demais obrigações detalhadas no Termo de Referência (XXXXX), que é parte integrante deste Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

10.1. A **CONTRATADA**, no prazo de **10 (dez) dias corridos** após a assinatura deste instrumento, prestará garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, perfazendo o montante de **R\$ XXXXXX (XXXXXX)**, de acordo com o artigo 98 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no § 1º do Art. 96 da mesma Lei.

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 10.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 10.4.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 10.4.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber;

10.5. A garantia prestada pela **CONTRATADA** será liberada ou restituída após a execução do contrato, observado o disposto no art. 100 c/c art. 140, ambos da Lei nº 14.133/21, e somente ocorrerá ante a comprovação de que a empresa cumpriu com as obrigações decorrentes da contratação.

10.6. A garantia apresentada deve prever, expressamente, que ocorrendo aplicação de multa, após regular processo administrativo, o valor correspondente poderá ser descontado da garantia contratual.

10.7. Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação ou de multa aplicada, após o devido processo legal, assegurado o contraditório e ampla defesa, a **CONTRATADA** se obrigará a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data em que for notificada pela contratante.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

- 11.1. A contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, e às demais cominações previstas em regulamento específico que trata dos procedimentos de aplicação de sanções, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.
- 11.2. Independente das sanções legais cabíveis, a licitante/contratada ficará sujeita ainda ao ressarcimento das perdas e danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.
- 11.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.4. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - iv) Multa:
 - (1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - (3) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - (4) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 5% do valor do Contrato;
 - (5) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 5% do valor do Contrato;
 - (6) Para infração descrita na alínea “b”, a multa será de 3% do valor do Contrato;
 - (7) Para infrações descritas na alínea “d”, a multa será de 2% do valor do Contrato;
 - (8) Para a infração descrita na alínea “a”, não abarcadas pela advertência, a multa será de 2% do valor do Contrato, ressalvadas as infrações mais graves definidas no § 2º do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021. A aplicação das sanções previstas neste Termo de
- Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.1. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 11.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.5.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 11.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.5.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 11.5.5. o risco de acidentes ou incidentes aeronáuticos;

11.5.6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei n.º 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

12.1.1. Gestão/Unidade: 220201 - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DF - DETRAN-DF;

12.1.2. Fonte de Recursos: 220/237/437;

12.1.3. Programa de Trabalho: 06122821726980001

12.1.4. Elemento de Despesa: 339030 e 339039 ;

12.1.5. Nota de Empenho: XXXX, emitida em xx/xx/xxxx;

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e distritais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da execução deste Contrato.

14.2. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei .

14.3. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da **CONTRATADA** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais .

14.4. É dever da **CONTRATADA** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.5. A **CONTRATADA** deverá exigir de eventuais subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (ART. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21

17.2. Brasília, XXX de XXX de 20XX .

18. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. Nos preços propostos pela CONTRATADA estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

18.2. Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta-corrente em nome da CONTRATADA junto ao Banco de Brasília S/A - BRB, em atenção ao Decreto nº 32.767/2011.

18.3. Nos termos da Lei Distrital nº 5.061/2013, fica proibido o uso de mão de obra infantil.

18.4. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório em qualquer comunicação ou ato relacionado ao contrato.

18.5. Nos termos da Lei Distrital nº 5.087/2013, a empresa vencedora fica obrigada a comprovar mensalmente, junto ao gestor responsável, a regularidade no atendimento às suas obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária relativas a seus empregados.

18.6. Nos termos da Lei Distrital nº 4.799/2012, a licitante vencedora, na prestação do serviço, se obriga a fornecer aos empregados plano de saúde.

18.7. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

18.8. Fica estabelecido o canal da Ouvidoria de Combate à Corrupção da Controladoria-Geral do Distrito Federal (Telefone: 0800-644-9060) para comunicação de eventuais irregularidades, conforme Decreto Distrital n.º 34.031/2012.

Brasília, XXX de XXX de 2025.

Pelo DETRAN/DF:

XXXXXX

Diretor Geral

Pela Contratada:

XXXXXXXXXX

XXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **MARCU ANTÔNIO DE SOUZA BELLINI - Matr.1724906-6, Diretor(a)-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal**, em 12/05/2026, às 15:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=200509219 código CRC= **3F82ABF1**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SEPS 713/913 BLOCO D - Bairro ASA SUL - CEP 70390-135 -
Telefone(s): 3448 5007

